



## **Biblioteca Breve**

SÉRIE PENSAMENTO E CIÊNCIA

ESBOÇO HISTÓRICO  
DAS CIÊNCIAS SOCIAIS EM PORTUGAL

COMISSÃO CONSULTIVA

JACINTO DO PRADO COELHO  
Prof. da Universidade de Lisboa

JOÃO DE FREITAS BRANCO  
Historiador e crítico musical

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA  
Prof. da Universidade Nova de Lisboa

JOSÉ BLANC DE PORTUGAL  
Escritor e Cientista

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO  
ÁLVARO SALEMA

VICTOR DE SÁ

# Esboço histórico das ciências sociais em Portugal



M.E.C.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

*Título*  
Esboço Histórico das Ciências Sociais em Portugal

---

*Biblioteca Breve / Volume 17*

---

Instituto de Cultura Portuguesa  
Secretaria de Estado da Cultura  
Ministério da Educação e Cultura

---

© *Instituto de Cultura Portuguesa*  
Direitos de tradução, reprodução e adaptação,  
reservados para todos os países

---

1.<sup>a</sup> edição — 1978

---

*Composto e impresso*  
nas Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand  
Venda Nova - Amadora — Portugal

Fevereiro de 1978

## ÍNDICE

	Pág.
Introdução.....	6
No Renascimento.....	11
Historiografia e Linguística.....	18
No Século XVIII.....	24
No Liberalismo.....	29
Nos Socialistas.....	38
Filologia e Literatura.....	45
Pedagogia, antídoto de decadência.....	52
Oliveira Martins.....	58
Surto geral das Ciências Sociais.....	64
A «Renascença Portuguesa».....	75
António Sérgio.....	90
Notas.....	95
Bibliografia.....	98

## INTRODUÇÃO

Ao confiar este *esboço* à publicidade, temos consciência do risco que corremos.

Tentamos aqui, mais uma vez, romper com a tradição predominantemente literária da nossa cultura. Buscamos em diversos e, até ao presente, distanciados ramos de conhecimento ligações que ultrapassam os quadros da estrita especialização. Não somos arqueólogo, nem etnólogo, nem filólogo, nem linguista, nem sociólogo propriamente ditos. Mas temos o espírito aberto aos domínios compreendidos por essas especialidades e ainda à economia, à estatística, à filosofia, ao direito, às ciências políticas, à psicologia, à pedagogia, à história, à literatura, à antropologia, à geografia e à ecologia, que todos são ramos de conhecimento abrangidos pelas ciências sociais, cujo objecto é o estudo do homem em sociedade. Em última análise, investigam o homem na sua existência social, e por isso se confundem a muitos títulos com as ciências humanas, assim consideradas desde o Renascimento.

Por isso buscamos, numa perspectiva histórico-cultural global, as condições da realidade social portuguesa em que desabrocharam entre nós alguns

desses ramos do conhecimento. Se alguma originalidade tiver este esboço, essa é a que conscientemente demandámos. Ultrapassar, por um lado, os limites estreitos ainda que profundos do especialista; e, por outro, sugerir que a realidade social portuguesa no seu devir histórico, muitas vezes inconsiderado, é um dado fundamental que o investigador não pode marginalizar.

No entanto, uma tão vasta problemática não pode desenvolver-se nos limites materiais de espaço impostos pelo condicionalismo desta, aliás, oportuna e necessária biblioteca básica. É aqui que corremos o risco ao reduzir a um esboço, necessariamente esquemático, a nossa retrospectiva sobre *As Ciências Sociais em Portugal*.

Este risco, porém, deliberadamente assumido, poderá encontrar a sua contrapartida compensatória se porventura contribuir para a transmissão aos leitores da perspectiva que animou o autor na elaboração destes apontamentos. Subjacente a eles há, como noutros trabalhos recentes do autor, uma *filosofia* de valorização e renovação da cultura portuguesa, que necessariamente não poderá manter-se imutável nos seus moldes clássicos (ou tradicionais?) perante as mudanças estruturais da realidade social. Estruturais no que respeita ao sentido da nacionalidade, hoje tão diferente daquilo que foi ou se julgou ser durante cinco séculos.

Até a retrospectiva que aqui esboçamos nos mostra que a própria introdução das ciências sociais em Portugal esteve condicionada por esse substracto do devir histórico. E foi para nós o aspecto mais avassalador no presente trabalho constatar, precisamente, como o período mais rico daquela introdução está eivado de um sentimento profundo de

nacionalismo, de busca daquilo que seja a razão de ser da nossa individualidade nacional e que responde a um certo sentimento colectivo de angústia e de confusa consciência de «decadência».

Resultado de estudos mais aprofundados que tivemos de reduzir por vezes a secos enunciados ou pouco mais, outras vezes sugestão apenas de hipóteses a explorar, omisso por certo em alguns pontos dada a carência de inventários exaustivos dos nossos valores culturais, este esboço pretende ainda, por outro lado, mostrar que as ciências sociais têm em Portugal uma tradição secular, não sendo portanto legítimas as críticas que inconsideradamente por vezes se murmuram (em meios deformados pelo atrofamento cultural) à introdução das ciências sociais nos programas do ensino depois do 25 de Abril.

O que verdadeiramente aconteceu foi que, há meio século, se deu uma ruptura violenta numa das mais ricas e fecundas tradições da cultura portuguesa, ruptura que localizamos em 1929, data a partir da qual as concepções sociais foram entre nós oficialmente preteridas para darem lugar às concepções corporativistas. Sob a ditadura salazarista a palavra *social* foi votada a uma certa maldição, assim como as suas derivadas *socialismo* e *sociologia*. À noção de uma realidade social viva, dinâmica, em permanente mutação, condicionante do homem que nela vive mergulhado, e que o homem por sua vez transforma à medida que vai apreendendo e agindo sobre as linhas de força que a determinam, isto é, à medida que vai captando as leis sociais, contrapôs-se o conceito de uma sociedade considerada organicamente como um corpo, o corporativismo como designação política. Foi um longo



período de imobilismo mental, que tem produzido sobressaltos agora que o movimento nacional de libertação fez abater as barreiras do obscurantismo.

É certo que já no ocaso do salazarismo (1961) foi criado o Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, em sucessão da antiga Escola Superior Colonial. Mas tal inovação não resultou da lógica interna de um regime que fechou muitas outras Escolas e expulsou Professores criadores de ciência, mas sim das contradições que lhe eram inerentes, nomeadamente no domínio da política colonialista. Mesmo assim permitiu fixar, tardiamente é certo, algumas vocações científicas até aí desaproveitadas, como foi o caso entre outros — permita-se-nos a evocação do Mestre e Amigo — do saudoso Professor Jorge Dias.

É por tudo isso que o nosso trabalho se queda no ano de 1929. Foi o ano, ainda, em que um Lúcio de Azevedo publicou as *Épocas de Portugal Económico*, e um António Sérgio, já no exílio, fez sair no estrangeiro a *História de Portugal*, logo proibida aqui de circular, e que só viria a ter a sua primeira edição portuguesa quarenta e três anos volvidos, já depois da morte do Autor, o grande Mestre e ainda hoje o grande Exilado da inteligência portuguesa. Começava ali a concretização da política obscurantista, inerente ao advento do regime ditatorial, e da aversão às ciências sociais, nomeadamente à sociologia e à interpretação sociológica da história portuguesa.

Será agora, em contrapartida, pelo reencontro com as mais genuínas tradições culturais, que o homem social que é o português poderá correctamente interrogar-se sobre a razão de ser e as condicionantes do seu viver

colectivo. Isso nos permitirá também sentirmo-nos seguros no acertar de passo com o mundo progressivo em que vivemos e para recobramos o alento colectivo da nossa criatividade.

É o sentido desta mensagem que nos decide a correremos o risco de dar à publicidade estes esquemáticos apontamentos. Não pode por isso este esboço ser tomado como um trabalho conclusivo, mas apenas prospectivo.

Setembro de 1977.

## NO RENASCIMENTO

Como ciências do homem, podemos remontar as ciências sociais no período do Renascimento, quando o humanismo veio substituir, a partir do século XV, a velha cultura feudal. Apuraram-se os métodos da crítica histórica e filológica com o objectivo da realização harmoniosa das faculdades morais e estéticas do homem. Na busca dos valores da antiga cultura clássica, a invenção da tipografia veio satisfazer então as exigências de um público crescente que já não podia bastar-se pela simples reprodução manuscrita dos livros, os livros que afinal representam já, além da literatura oral e de memórias evocativas, uma das formas mais perenes da memória colectiva da humanidade.

A par desse recurso à memória das tradições do remoto período da cultura clássica, as descobertas marítimas do mundo, quer para Ocidente quer para Oriente, facultaram o encontro com civilizações diferentes, até aí desconhecidas, que vieram criar ao homem da Renascença uma nova dimensão cultural.

O verbo *civilizar* e o adjectivo *civilizado* datam exactamente dos séculos XVI e XVII, e resultam do

choque dessa descoberta. Os descobridores consideravam-se *civilizados* em contraposição com os povos pela primeira vez contactados, considerados estes como sendo os *bárbaros* ou, em linguagem religiosa, os *infiéis*. Civilizar ou evangelizar era a missão com que justificavam o domínio militar, económico e político que o uso da pólvora e as armas pesadas de guerra facilitaram sobre povos que não dispunham ainda de tão apurados meios bélicos.

O período do Renascimento caracterizou-se, assim, por uma dupla abertura: retrospectivamente, na busca dos valores humanos da Antiguidade Clássica; prospectivamente, na descoberta das múltiplas latitudes do mundo contemporâneo.

Os Portugueses marcaram então uma posição particularmente assinalável nos dois sentidos. É nesta época que podemos encontrar alguns dos testemunhos mais vinculados do interesse dos Portugueses por essas disciplinas do conhecimento modernamente designadas por ciências sociais.

A busca dos valores da Antiguidade Clássica já se manifesta com o culto e viajado Infante D. Pedro (1392-1449), quer ao verter o *De Officiis* do latim para o português, quer ao contratar o italiano Mateus Pisano, «magister artium» para preceptor do seu sobrinho e futuro rei Afonso V (1432-1481). Foi este, de resto, o primeiro monarca a organizar no paço uma biblioteca, assim como a conceder tenças anuais em benefício de estudantes.<sup>1</sup> Mas é sobretudo com Manuel I (1469-1521) e João III (1502-1557) que Portugal entra decididamente no movimento humanístico da Idade Moderna.

Da época renascentista datam, com efeito, além dos mais espectaculares descobrimentos marítimos (périplo da África, Américas e volta ao Mundo), as mais significativas obras literárias, artísticas e científicas, bem características da nova mentalidade que passou a presidir ao homem moderno.

O Prof. Barradas de Carvalho, que se tem destacado como especialista da literatura portuguesa de viagens desta época — uma literatura que se confunde com a literatura científica ligada aos Descobrimentos — acentua que ela «representa o que de mais original produziu até hoje a Cultura Portuguesa». Elaborada por «homens novos, vivendo num outro clima social e mental, homens com outros interesses, e tendo uma nova escola de valores para julgar as coisas e os acontecimentos», marca uma ruptura na mentalidade portuguesa do tempo. («Revista de História». N.º 60, São Paulo, 1964).

Depois da obra singular de Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné* (1453), é no decurso de pouco mais de meio século que se elaboram em Portugal os grandes testemunhos literários e científicos dos contactos pioneiros dos Portugueses com diferentes continentes: *Relação sobre o Congo*, de Rui de Pina, 1492; *Jornal da Primeira Viagem de Vasco da Gama à Índia*, de Álvaro Velho, 1497-1498; *Carta ao Rei Manuel*, enviada do Brasil por Pero Vaz de Caminha, 1500<sup>2</sup>; *Jornal anónimo da Viagem de Cabral ao Brasil e à Índia*, redigido pelo «Piloto Anónimo», assim designado por se desconhecer o seu nome, 1500; *Jornal da Segunda Viagem de Vasco da Gama à Índia*, de Tomé Lopes, 1502; *Esmeraldo de situ orbis*, de Duarte Pacheco Pereira, 1505-1508; *Descrição de Ceuta por sua costa da Mauritânia e*

*Etiópia*, de Valentim Fernandes, impressor de origem alemã radicado em Portugal, 1506; *Das ilhas do Mar Oceano*, do mesmo V. F., 1507; *Suma Oriental*, de Tomé Pires, 1512-1515; *Livro de Duarte Barbosa*, nome por que é geralmente conhecida a memória sobre o Oriente redigida por quem viveu longo tempo e adquiriu profundo conhecimento daquelas paragens e em especial das línguas indígenas, como a dos Malabares, 1516; *Tratado da Esfera e Tábuas do Sol*, de Pedro Nunes, 1537; *Roteiro de Lisboa a Goa*, de D. João de Castro, 1538; *Roteiro de Goa a Diu*, de D. João de Castro, 1539; *Verdadeira Informação das Terras do Preste João*, do P.<sup>e</sup> Francisco Álvares, 1540; *Roteiro de Goa a Suez ou do Mar Roxo*, de D. João de Castro, 1541; *Tratado da Sphaera*, de D. João de Castro, 1545; *Colóquios dos Simples e Drogas e Coisas Medicinais da Índia*, de Garcia d'Orta, 1563.

Os autores desta rica e original literatura são expoentes que ilustram a capacidade intelectual dos Portugueses para a observação dos fenómenos da natureza e para utilizarem a experiência, na opinião de um deles, Duarte Pacheco, como «a mãe de todas as coisas». Desta mesma capacidade se orgulham com lúcida consciência ao exclamarem, como foi o caso de Garcia d'Orta, que «sabe-se mais em um dia agora pelos Portugueses do que se sabia em cem anos pelos Romanos».

Se algumas dessas obras podem interessar mais à história ou mais à geografia, outras há que acentuam a preocupação de recolha etnográfica relativa aos usos e costumes do Oriente: *A verdadeira informação das Terras do Preste João das Índias*, do P.<sup>e</sup> Francisco Álvares, 1540; *Informação de algumas causas dos costumes e leis do Reino da china*, anónimo, 1554; *Itinerário... em que se contém como da*

*Índia veio por terra a estes Reinos de Portugal no ano de 1529*, por António Tenreiro, 1560; *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia, 1561; *Tratado sobre a China do Sul*, de Galeote Pereira, 1565; *Itinerário da Terra Santa e suas Particularidades*, de Pantaleão de Aveiro, 1566; *Informação das Cousas de Maluco*, de Gabriel Rebelo, 1569; *Tratado em que se contam muito por extenso as cousas da China, com suas particularidades, e assim do Reino de Ormuz*, de Gaspar Cruz, 1569 ou 1570; *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, redigida entre 1570 e 1580.

Toda esta variedade de informações, quase todas directas, colhidas pelos próprios que viveram as experiências desses primeiros contactos com as novas terras e as novas gentes de costumes exóticos, seria completada ainda por outros descritivos também vivenciais mas de cunho acentuadamente dramático: *História Trágico-Marítima*, 1552-1602, cuja colectânea aparecerá em 1735-1736 recolhida por Bernardo Gomes de Brito; *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, 1570-1580; *Naufrágio, e lastimoso sucesso da perdição de Manuel de Sousa de Sepúlveda*, 1574 (?).

Se as primeiras obras desta longa relação reflectem a vivacidade das descobertas de novas regiões geográficas e das vitórias do esforço humano racionalmente organizado para alcançar o domínio sobre as forças da natureza, de que resultou a conquista de uma dimensão universalista, as últimas já exprimem a alienação daquelas qualidades, provocada pela febre dissipadora do enriquecimento fácil e rápido e pela tendência para o providencialismo.

Por outro lado, nessa primeira metade do século XVI espalham-se pela Europa outros Portugueses, alguns dos quais alcançam posição destacada nos centros mais

vivos da cultura. Além de Sá de Miranda (1481?-1558?) que entre 1521 e 1526 permanece em Itália a haurir o classicismo literário, é o caso de um Aires Barbosa (1470?-1540), que foi introduzir os estudos helenísticos na Universidade de Salamanca; de um Leão Hebreu (1460-1535), o judeu português Judah Abarbanel, que em 1535 publicou em Itália os seus *Dialoghi di Amore ou Philographia Universale*; de um Francisco de Holanda (1517-1584), que também em Itália, entre 1537 e 1541, conviveu e trabalhou com Miguel Ângelo; de um Diogo Gouveia (1471?-1557), que em Paris dirigiu o Colégio de Santa Bárbara, e assumiu em Bordéus (1534) o principalato do Colégio de Guiena, acabando por ser chamado por João III para dirigir em Coimbra o Colégio das Artes inaugurado em 1548; de um André de Gouveia (?-1548), sobrinho daquele, que substituiu o tio no Colégio parisiense de Santa Bárbara; de um António de Gouveia (?-1566), irmão deste último, que em França se dedicou especialmente aos estudos de Direito, tendo-se doutorado na Universidade de Toulouse; enfim, embora mais tarde, de um Francisco Sanches (1551-1623), que de Braga partiu também para Montpellier e Toulouse, tendo publicado várias obras de filosofia e de matemática, entre elas, o *Quod Nihil Scitur* (1581) que o acreditaram como precursor de um Bacon ou de um Descartes, quer pelo seu empirismo quer pela dúvida metódica que adopta na teoria do conhecimento.

Este foi, sem dúvida, o período mais rico e universalista da cultura portuguesa, em que as faculdades estéticas e especulativas dos humanistas inspirados nos modelos clássicos andavam de par com as capacidades experimentais e científicas dos



descobridores do mundo e observadores de novos fenômenos da natureza e de diferentes civilizações. Esta dupla experiência dos Portugueses, quer no Velho quer nos novos mundos por eles descobertos, constituiu também um estímulo ao afloramento e ao lançamento das bases do que se chama hoje as ciências sociais.

## HISTORIOGRAFIA E LINGUÍSTICA

Deste duplo intercâmbio do homem português com a Europa culta e com o mundo novo dos Descobrimentos resultou o apuramento da capacidade indagadora da própria experiência e da busca de uma caracterização de tradições e culturas.

É assim que, na esteira de uma tradição historiográfica a que Fernão Lopes (1380?-1459?) dera enorme prestígio, vamos assistindo à produção sistemática das memórias dos feitos contemporâneos e dos monarcas que a eles presidiram. Além da já referida *Crónica da Guiné* de Zurara, temos a *Crónica de Afonso V* (ap. 1504) de Rui de Pina, a *Crónica da Vida e feitos de D. João II* (1515-1533) de Garcia de Resende, mais tarde as crónicas de Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* (1566-1567) e *Crónica do Príncipe Dom João o Segundo de Nome* (1567).

A par desse historiografia de carácter nacional, em meados do século XVI aparecem também monografias de alguns dos mais importantes aglomerados populacionais, como sejam *O Sumário de Lisboa* (1551) de Cristovão Rodrigues de Oliveira e a *História da*

*Antiguidade da Cidade de Évora* (1553) de André de Resende.

Este ramo das ciências sociais virado para a História robustece-se ainda com João de Barros (1496-1570), que dá início em 1552 à publicação das suas famosas *Décadas* sobre a Ásia, mais tarde continuadas por Diogo do Couto (1542 ou 1543-1616).

A história é já, nessa altura, de certo modo complementada pela arqueologia e por recolhas de carácter etnográfico. Sob outros aspectos é típico o caso de Garcia de Resende (1470-1536), que além da *Crónica de D. João II*, reuniu e publicou ainda em 1516, sob o título de *Cancioneiro Geral*, as composições poéticas produzidas e conhecidas nas sucessivas cortes que frequentou, desde a de João II, de quem foi secretário particular, a Manuel I que o nomeou secretário-tesoureiro de uma famosa embaixada ao papa, e a João III, de quem foi escrivão da fazenda. Reunindo composições de quase trezentos autores da segunda metade do século xv, o Cancioneiro do eborense Garcia de Resende ficou a constituir a primeira e monumental consagração impressa da poesia em Portugal, repositório valioso dos múltiplos aspectos da vida social e intelectual da época, nomeadamente da experiência da vida fora do país, sobretudo em África. Primeira consagração impressa, dissemos, porque o mais antigo cancioneiro português, só mais tarde recolhido (no chamado *Cancioneiro da Ajuda* ou no da *Biblioteca Nacional* ou no da *Vaticana*), fora reunido a partir do século XIII, e era constituído por poemas de transmissão oral com tantas variantes, que de certo modo se pode dizer deles, como mais tarde se concluiu quanto aos poemas homéricos, que foram produzidos

por uma autêntica criação colectiva, em que sucessivos poetas anónimos acrescentavam ou variavam as versões iniciais, à medida dos seus gostos e imaginação.

Depois da morte de Garcia de Resende ainda foi publicada a sua *Miscelânea e variedade de histórias* (1554), que complementa o testemunho da vocação deste autor para a recolha das tradições e das transformações verificadas na sociedade portuguesa. Escrita entre 1531 e 1533, dá conta do cair da velha sociedade feudal, e das novidades de uma nova época: «vi o reyno renovar»; «vimos taes cousas passar em nosso tempo e idade»; «cousa é de confusam veer hos... maos subir, e os bõos decer»; «bõos costumes mortos sam». Testemunha a generalização da ociosidade e da vagabundagem, a redução demográfica do país, a degradação dos aparelhos judicial e administrativo, e a diminuição da produção dos artigos alimentares, em resultado da ânsia do lucro fácil pela brusca introdução do ouro advindo das descobertas. A *Miscelânea* acaba assim por ser uma análise sociológica, à moda do tempo, dos efeitos morais, sociais, político-administrativos, económicos e demográficos produzidos na sociedade portuguesa em resultado dos Descobrimentos.

Outro eborense iniciou por essa altura um novo sector das ciências sociais em Portugal, a arqueologia mais propriamente dita. Trata-se de André de Resende (1500?-1573), grande humanista e coleccionador à boa maneira renascentista, que publicou sobre a sua terra uma *História da Antiguidade da Cidade de Évora* (1553) e redigiu também uma memória em latim, só postumamente publicada, *De Antiquitatibus Lusitaniae* (1593), obra que entre nós chamou a atenção para a

importância e o interesse de que se revestem os achados arqueológicos.

Ainda em meados do século XVI, embora não se possa precisar a data nem se conheçam os pormenores, sabe-se do projecto de uma *História de Portugal* concebido por outro dos grandes espíritos portugueses do Renascimento, o bracarense Diogo de Teive (1513?-1566?), humanista e poeta aberto a todos os ventos da cultura, universitário em França, na Espanha e em Portugal. Aqui defendeu a nossa europeização cultural, abafada pela Contra Reforma e pelo espírito sectário e dogmático do Concílio de Trento (1545-1563), e acabou por ver-se implicado no processo que o Santo Ofício moveu em 1550 contra os lentes suspeitos de simpatias luteranas.

Embora não se conheça ainda o esquema daquela projectada *História de Portugal*, a simples referência do título merece que fixemos nele a nossa atenção, na medida em que é essa a primeira vez, ao que supomos, que o conceito da história se aplica entre nós a todo o agregado nacional, e não apenas a uma simples categoria de acontecimentos, sejam eles abrangidos pela de um ou vários príncipes (desde a *Crónica dos Senhores Reis de Portugal*, 1515 (?), de Cristóvão Rodrigues Acenheiro, à *Vida e feitos de D. João II*, 1533, de Garcia de Resende), ou sejam referidos a qualquer das grandes empresas colectivas (por exemplo, a *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, 1453, de Zurara, ou a *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, 1551-1561, de Fernão Lopes de Castanheda).

A notícia que nos chegou do projecto de Diogo de Teive revela a maturação do conceito do agregado

nacional como um todo colectivo que, ainda que gorado neste autor quinhentista por falta de execução do plano, haveria de tomar dois séculos mais tarde sólida expressão com o alvorecer, na época das «Luzes», da moderna historiografia.

Outro autor da mesma época que nos interessa, e também nascido na região bracarense, ainda que descendente de flamengos, é o erudito Pero de Magalhães Gândavo. Interessa-nos pela sua contribuição, tanto no domínio da história como no da filologia.

A filologia foi, de facto, um dos resultados mais acentuados da influência do humanismo clássico em Portugal. A língua portuguesa pode dizer-se que passou a ser recolhida em dicionário e a ser compendiada em gramáticas a partir do Renascimento, com grande exaltação do idioma nacional. Fernão de Oliveira, autor da primeira *Gramática* conhecida, publicada em 1536, João de Barros, que entre 1539 e 1545 publicou uma *Cartinha* para o aprendizado da leitura, uma *Gramática da Língua Portuguesa* e um *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, e Manuel Álvares que em 1572 publica uma *Gramática*, são logo seguidos de Gândavo, que em 1574 publicou as *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia portuguesa com um Diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua*. É na esteira desta tradição filológica que, posteriormente, vão aparecer os tratados de Duarte Nunes de Leão sobre *Ortografia da Língua Portuguesa* (1576) e *Origem da Língua Portuguesa* (1606).

Pero de Magalhães Gândavo, que depois de se ter afirmado em Portugal como filólogo se transferiu para o continente americano, havia de revelar aí outra faceta das suas vocações intelectuais, ao publicar em 1576 a

*História da Província de Santa Cruz*. Por isso é justamente considerado o primeiro historiador do Brasil.

O caso de Gândavo adquire mais importância se considerarmos que a sua *História* foi precedida da elaboração de um *Tratado da Província do Brasil* (1569?), que, inédito até ao século XIX, fazia a descrição histórico-geográfica daquele território.

Por seus interesses assim manifestados, quer no domínio gramatical quer no da história e da geografia, o bracarense Pero de Magalhães Gândavo apresenta-se como um dos expoentes mais elevados de entre os nossos investigadores das ciências humanas na época imediata aos Descobrimentos.

Ainda no domínio da geografia devem citar-se dois outros importantes trabalhos: a *Corografia* (1561), de Gaspar Barreiros e o *Atlas Universal* de Diogo Homem, que em 1568 foi publicado na cidade alemã de Dresda.

Se muitas das obras referidas neste esquemático bosquejo não foram desde logo conhecidas ou caíram no olvido, uma outra houve que, sobrepondo-se a todas, sintetizou a epopeia do homem português do Renascimento na conquista dos largos espaços geográficos até aí desconhecidos. Referimo-nos ao poema de Luís de Camões (1525?-1580), *Os Lusíadas* (1572), obra que procurou também constituir uma força agregadora da comunidade nacional.

## NO SÉCULO XVIII

Se os primeiros documentos literários das ciências sociais apareceram em Portugal na época do Renascimento, ligados quer aos interesses filológicos relacionados com a cultura clássica, quer com a experiência vivida e a capacidade de observação que os Descobrimentos proporcionaram, esses interesses humanísticos são depois postergados pela acção da Contra-Reforma, que, neste extremo ocidental da Europa, se reforçou a partir do Concílio de Trento, iniciado em 1545 e prosseguido em três fases, até 1563.

Em 1547 dá-se o estabelecimento definitivo da Inquisição em Portugal; e, a partir daí, os livros passam a ficar sujeitos a uma triplíce censura: a civil, exercida pelo Desembargo do Paço; a eclesiástica, atribuída ao Ordinário da respectiva diocese; e a do Santo Ofício da Inquisição.

Além da censura literária, toda a educação passa a ser ministrada dentro dos mais estritos preceitos da ortodoxia católica romana. O princípio dominante, tanto da Igreja como do Estado, é restringir todo o comércio de ideias com a Europa proibindo-se por isso todos os livros estrangeiros, à excepção dos de



Teologia, Hagiografia, Direito Canónico e outros da mesma natureza. Logo no ano imediato ao do encerramento do Concílio, as suas decisões são promulgadas em Portugal, o primeiro país que aceitou sem quaisquer hesitações todos os seus decretos.

Esta situação de obscurantismo, agravada politicamente com a perda da independência por sujeição à coroa espanhola (1580-1640) e economicamente pelo assalto às conquistas portuguesas movido pelos Holandeses, na sequência da sua guerra de independência relativamente a Espanha, e pelos Ingleses, sobretudo a partir da sua Revolução e subsequente expansão marítima, comercial e industrial, só no século XVIII encontrará resistências com vistas à modernização cultural.

O culto da história da língua encontra logo no primeiro quartel do século a elaboração de um verdadeiro monumento filológico, que é a obra em dez volumes de Rafael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino* (1712-1728).

Por sua vez, a história tem a sua primeira consagração científica na criação, em 1720, da Real Academia da História, que embora não tenha chegado a cumprir o objectivo da sua criação — a elaboração de uma história da nação portuguesa — contribuiu, no entanto, para a inventariação e purificação de elementos, que ficaram recolhidos nos quinze volumes da *Collecção de documentos e Memórias da Academia*, (1721-1736). A esta Academia pertenceram nomes prestigiosos como o de António Caetano de Sousa (1674-1759), autor da monumental *História Genealógica da Casa Real Portuguesa desde a sua origem até o presente, com as famílias ilustres que procedem dos Reis*, em doze volumes (1735-1748), e o de Diogo Barbosa Machado (1682-

1772), autor da célebre *Biblioteca Lusitana* em quatro tomos (1741-1759), primeiro repositório bibliográfico sistemático dos autores portugueses.

Interrompida esta actividade académica pela extinção da Academia da História em 1736, ela foi retomada e continuada a partir de 1779 com a criação da Academia Real das Ciências, onde os estudos históricos foram englobados na classe de Letras. À sombra desta nova instituição, que contribuiu para a valorização das ciências auxiliares da história, nomeadamente a genealogia, a numismática, a epigrafia, a história do Direito, a bibliografia, a diplomática, a paleografia e a cronologia, estimularam-se e fixaram-se vocações de historiadores como António Caetano do Amaral (1747-1819), autor de vários trabalhos, entre eles uma «memória» (*in Memórias de Literatura Portuguesa* da Academia, t. VII, 1821), onde aparece pela primeira vez em Portugal, referida à primeira dinastia, uma história da legislação e dos costumes, podendo por isso dizer-se que se iniciou com ele a nossa história social; António Ribeiro dos Santos (1745-1818), que investigou sobre a literatura dos Judeus portugueses e sobre Pedro Nunes, e autor de estudos geográficos, cartográficos e marítimos, ou seja a história da ciência; João Pedro Ribeiro (1758-1839), que organizou cinco volumes sobre a *História e Jurisprudência eclesiástica e civil de Portugal* (1810-1836), ou seja a história do direito.

Além da linguística e da história, o século XVIII vê também despertar entre nós o interesse pela pedagogia. A primeira tentativa para uma revisão do «método dos estudos» é empreendida pelo Conde da Ericeira, quando fez funcionar em sua casa uma Academia da Esfera (1717-1720), em que preleccionaram especialistas

sobre diversas disciplinas encaradas sob novos métodos, como humanidades e boas artes, estudos históricos, filosóficos e científicos, nomeadamente Lógica Moderna, Filosofia Natural, Ética dos Modernos, Política, etc. — uma autêntica «nova Universidade à margem da oficial», considerada por António Salgado Júnior «o primeiro caso de discussão pedagógica denunciador da instalação em Portugal de orientação nova»<sup>3</sup>.

Com efeito, a tendência para esta «orientação nova», que tem um continuador em Martinho de Mendonça, *Apontamentos para a educação dum menino nobre* (1734), vai radicar-se com a intervenção de dois «estrangeirados» inspiradores das reformas pedagógicas de Pombal no terceiro quartel do século. Trata-se de António Ribeiro Sanches (1699-1783) e Luís Verney (1713-1792).

Verney contribuiu para a reforma da mentalidade portuguesa com o seu *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), obra de capital importância para a modelação do pensamento moderno em Portugal, fazendo o elogio de Bacon e Descartes e contrapondo a experiência e a observação à tradição e à escolástica.

Esta linha de criticismo renovador é reforçada pela contribuição dada por Ribeiro Sanches nas *Cartas sobre a Educação da Mocidade* (Paris, 1760), nos *Apontamentos para fundar-se hua Universidade Real na qual deviam aprender-se as ciências humanas de que necessita o estado civil e político* (Paris, 1761), no *Método para aprender e estudar a Medicina* (Paris, 1763), e noutros escritos recentemente englobados sob o título *Dificuldades que tem um Reino velho para emendar-se* (Inova, Porto, 1971). Defendendo que a Universidade devia estar exclusivamente submetida à autoridade real e não à autoridade eclesiástica, propunha que a

instituição fosse constituída por três Colégios ou Faculdades: Filosofia, Medicina e Jurisprudência, mas todas elas orientadas pelos princípios do racionalismo crítico, em que as ciências sociais, ou humanidades então chamadas, ocupariam lugar preponderante: «Proponho o método de *saber pensar*, e de enunciar-se com clareza, ordem e elegância ornando o juízo com a *História* e com a *Geografia*, em um Reino onde até agora não se ensinaram publicamente estes conhecimentos», (*in Método para aprender e estudar a Medicina*).

Foi na esteira destes pensadores esclarecidos da época das «Luzes» que o Marquês de Pombal empreendeu entre 1759 e 1772 uma série de reformas educacionais, começando naquele ano pela extinção da Universidade dirigida pelos Jesuítas em Évora, prosseguindo-a com a fundação em Lisboa do Colégio dos Nobres (1761), até atingir, com a introdução mais ampla das ciências experimentais (física, química, biologia, medicina e astronomia) a reforma da própria Universidade de Coimbra (1772), onde a instrução científica propriamente dita não existia.

Mas, se estas reformas foram importantes, sobretudo no domínio das ciências naturais, as ciências sociais só verdadeiramente no século XIX encontrariam ambiente favorável à sua mais nítida florescência.

## NO LIBERALISMO

No período subsequente à instauração do liberalismo em Portugal, há dois autores que sobressaem: Almeida Garrett (1799-1854) e Alexandre Herculano (1810-1877).

Soldados da guerra civil de que saíram triunfantes, são os chefes de fila na instauração da estrutura mental e cultural da nova classe dominante, a burguesia. Uma vez extintas as ordens religiosas e dissolvidos os centros intelectuais que nelas subsistiam, foi preciso secularizar a cultura e criar novas instituições de ensino laicizado. Nesse esforço se empenharam ambos, mobilizando o seu talento literário na busca das fontes da cultura popular tradicional.

Garrett compilava desde 1825 a literatura folclórica que havia de lhe permitir escrever, já exilado na Inglaterra, a *Adozinda* (1828), inspirada no cancionero popular português. Ainda na capital inglesa, ensaiou também redigir um tratado pedagógico, *Da educação* (1829) inspirado na chegada a Londres, da jovem rainha Maria II, então contando apenas dez anos de idade, que com a sua presença foi animar os adeptos de causa

liberal, que defendiam contra a «usurpação» miguelista, a legitimidade da sua sucessão no trono.

Uma vez iniciada a guerra civil, e ainda durante o cerco do Porto, Garrett redigiu o *Arco de Sant'Ana*, (1832-1833) integrado na campanha que caracterizou o romantismo literário: o regresso às raízes nacionais, em contraposição ao absolutismo monárquico e ao sentimento de decadência que coincidiu com a época clássica. Aliando à sua literatura culta as formas populares de expressão e a própria poesia popular, Garrett foi buscar às evocações da Idade Média, à boa maneira consagrada na Escócia por Walter Scott (1771-1832), os cenários de tempos passados e os motivos de folclore com que havia de ilustrar grande parte da sua produção literária, mormente as peças de teatro que concebeu como repertório do Teatro Nacional, de cuja fundação e organização se encarregou: *Auto de Gil Vicente* (1838), *D. Filipa de Vilhena* (1840), *O Alfageme de Santarém* (1842) e *Frei Luís de Sousa* (1844).

Na sequência das suas pesquisas folclóricas, iniciadas em 1825, havia de surgir, por fim, a publicação do primeiro e único volume do *Romanceiro Português* (1843).

Quanto a Herculano, foi quem no liberalismo mais contribuiu para a introdução das ciências sociais em Portugal. Em dois aspectos se manifestou a sua acção. Um, na esteira ainda de Garrett, contribuindo com a elaboração de romances históricos. Fê-lo enquanto redactor do *Panorama* (1837-1844), ao mesmo tempo que aí publicava uma série de evocações das origens de novos temas de interesse cultural, como o teatro, a imprensa, os monumentos, as novelas portuguesas de cavalaria, os historiadores portugueses, as crenças populares, a arqueologia, etc. Naquela revista da nova

cultura e na *Ilustração* (1845-1846), que lhe sucedeu, fez publicar também, em sucessivos folhetins, alguns romances de inspiração medieval, nos quais procurava reconstituir hábitos e costumes, nomeadamente os trajes, as cerimónias, as festividades e mesmo as formas arquitectónicas dos edifícios e os pormenores da sua decoração interior. Nesta sucessão de *Lendas e Narrativas*, título genérico com que posteriormente (1851) foram alguns daqueles folhetins e outros reunidos, em dois volumes, apareceram sucessivamente: *A Abóbada* e *O Bispo Negro* (1839), *O Monge de Cister* (1841), *O Bobo* (1843) e *Eurico* (1844), para só referir os mais importantes. Ainda com este mesmo gosto de recolha minuciosa dos costumes e hábitos da vida popular quotidiana, mas referido neste caso ao próprio tempo do autor, portanto como testemunho de contemporaneidade, aparece-nos também o *Pároco de Aldeia* (1844).

Outro aspecto, e foi aí que Herculano deu o seu contributo mais válido, repensando desde 1842 a concepção de nacionalidade, o que o levou a fixar a sua vocação de historiador magistral que foi.

A sua importante contribuição para a renovação da historiografia portuguesa, que marca um passo decisivo na criação em Portugal da historiografia crítica e da cientificação de história, é dada sobretudo através das seguintes obras: *Cartas sobre a História de Portugal*, 1843; *Apontamentos para a história dos bens da coroa e dos forais*, 1843-1844; *História de Portugal*, 8 volumes, 1846-1853; *História do Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, 3 volumes, 1854-1859; e *Portugaliae Monumenta Histórica*, colectânea documental, iniciada em 1856.

A nova concepção que introduziu da história foi a da história social, tal como a deixou definida desde a primeira das suas *Cartas*, de 1843. A história portuguesa que interessa escrever é — dizia ele — «não tanto dos indivíduos como da Nação», o «indivíduo moral chamado a Nação»; qualquer época «nunca se conhecerá, nem entenderá, enquanto a sociedade se não estudar em todas as suas formas de existir». Opondo-se à tradição individualista das crónicas, explicitava na *Carta IV*: «Além de ser absurdo em geral resumir e representar a sociedade nos indivíduos, tal absurdo se torna mais monstruoso quando os tomamos como medida das fases da sociedade.» E ainda: «A biografia das famílias ou dos indivíduos nunca pode caracterizar qualquer época; antes pelo contrário, a história dos costumes, das instituições, das ideias é que há-de caracterizar os indivíduos.»

A sua concepção da dinâmica global da sociedade, leva-o à «condenação dos nossos livros de história»: «Em nenhum deles se percebe, ao menos de leve, por entre as averiguações de datas, por entre as descrições de batalhas ou de triunfos, de noivados ou de saimentos de grandes e senhores, que ao lado disso, e dando individualmente gesto e cor a esses mesmos factos pessoais, passaram gerações com costumes, crenças e instituições diversas, ou antes opostos em grande parte às nossas; que dessa sociedade, desses homens, na sucessão das eras e da natureza, veio a geração actual; que para existir a espantosa diferença de aspecto que há entre o presente e os tempos primitivos, foram necessárias grandes revoluções na índole social da nação.»



É esta nova perspectiva social de história que irá fomentar, sobretudo no último quartel do século, a introdução em Portugal das modernas ciências sociais nas suas múltiplas e diversificadas disciplinas.

Num ponto, porém, não foi por vezes atendida uma lúcida advertência que Herculano deixou bem expressa na *Carta V*, onde resume a sua «filosofia da história nacional». Foi quanto à delimitação cronológica do conceito da nacionalidade portuguesa. E isso importa desde já referir, porque é a partir daí que surgirá, prolongando-se no nosso século, uma corrente de nacionalismo irracionalista. É quando se insurge contra os adeptos da Lusitânia como origem da nação portuguesa: «Houve antigamente na Península Ibérica uma tribo selvagem, conhecida entre os romanos pelo nome de *Lusitani*, e o trato da terra em que vagueavam pelo de *Lusitânia*. Este território abrangia parte do moderno Portugal: nada mais foi preciso para nos rebaptizarmos na fonte inexgotável das eufonias do Lácio». Depois desta atribuição aos eruditos, ainda que com o «sacrifício da verdade e do senso comum», é peremptório nas suas definições delimitativas: «É como *Portugueses*, não como lusitanos, que nós seremos para sempre lembrados.» «É na separação de Portugal do reino leonês que a nossa história começa; tudo o que fica além desta data pertence, não a nós, mas à Espanha em geral.» Ou como diz noutra passagem da mesma *Carta*: «A nossa história começa unicamente na primeira década do século XII; [...] antes dessa data não existia a sociedade portuguesa.»

Do enunciado da sua concepção da história nacional expresso nas *Cartas*, Herculano passa à elaboração sistemática da nova historiografia assente em bases

científicas, uma historiografia que não atenderá apenas aos aspectos políticos, mas também aos económicos e sociais. Desse modo ele irá fundamentar o novo Estado liberal e as inerentes relações de produção capitalistas assentes na propriedade privada da terra como meio de produção. *Os Apontamentos para a história dos bens da coroa e dos forais* e a *História de Portugal*, que abrangerá apenas a época medieval, são os instrumentos dessa fundamentação histórica. Já tratamos disso mais circunstanciadamente noutra trabalho <sup>4</sup>.

A fecunda teoria da história de Portugal que Herculano elaborou será determinante, noutra aspecto, das concepções posteriores mais válidas da sociologia da história portuguesa, desde Antero de Quental a António Sérgio. Trata-se da sua divisão da história pátria em dois grandes períodos: primeiro, o da Idade Média, em que a nação encontrou as instituições que lhe eram próprias, período da «virilidade moral da nação», a que «o princípio da liberdade pertence incontestavelmente»; segundo, o do Renascimento, sendo este o da decadência do corpo social português.

É certo, como ressalva o Prof. Barradas de Carvalho <sup>5</sup>, que Herculano não conheceu no seu tempo, porque então eram ainda desconhecidas, as obras de tão elevada expressão cultural que hoje constituem as mais importantes fontes para o estudo dos descobrimentos portugueses, que deixamos referidas em capítulo anterior. Muitos manuscritos dessas obras só a partir do século passado começaram a ser descobertos em diferentes bibliotecas europeias e só mais recentemente, já no nosso século, foram publicados, talvez a maior parte deles. Ignorou, portanto, «o que de mais

expressivo, de mais genuíno, de mais elevado, criaram a Civilização e a Cultura portuguesas»<sup>6</sup>.

Mas não foi só o desconhecimento daquelas obras, por imperativo do circunstancialismo histórico, que levou Herculano a considerar o Renascimento como o começo da decadência de Portugal. E também não foi apenas a razão ideológica de ele, liberal, considerar a Idade Média caracterizada pela *variedade*, tendo nos municípios o núcleo fundamental da expressão do poder burguês, enquanto considera o Renascimento dominado pelo sentido da *unidade* assente na centralização do poder e no absolutismo da realeza.

A razão predominante da concepção decadentista de Herculano afigura-se-nos inserir-se no complexo de consequências económicas, morais, sociais e culturais advindas, quer dos Descobrimentos pelo que conduziram à exploração de riquezas alheias, quer do absolutismo que lutou pelo estabelecimento da Inquisição.

O facto complexo da decadência, escreveu ele ainda na *Carta V*, não se deve a nenhum acaso ou destino. Os acontecimentos que sintetizam uma época «têm sempre origem na índole íntima da sociedade, na natureza da sua organização». Daí, o empenho que pôs em «mostrar a importância do grande ciclo histórico chamado Idade Média». Ao mesmo tempo que o centralismo monárquico deslocava a aliança da coroa com a democracia no combate contra os privilégios da aristocracia, a sua actividade «espraia-se nos descobrimentos e conquistas, porque não tem já objecto nas fórmulas sociais: nestas a sua acção benéfica cessa porque está completa, e principia a sua acção deletéria; no lugar da ordem põe a servidão; em

vez do repouso da paz produz a quietação do temor; à moralidade substitui a corrupção dos costumes» — escreve já a finalizar as *Cartas*.

Se, por um lado, são os descobrimentos e as conquistas que conduzem à servidão, ao temor e à corrupção dos costumes, a Inquisição vai por outro lado reforçar e agravar tais consequências. Esta segunda ideia não aparece ainda expressa nas *Cartas* de 1842, às quais se seguiram de imediato os oito volumes da *História de Portugal*. Mas, uma vez estes publicados — afinal não abrangendo de facto senão o período medieval — logo começa a publicação da *História do Estabelecimento da Inquisição em Portugal*. O seu objectivo expresso no prólogo <sup>7</sup> é rememorar «um dos factos e uma das épocas mais célebres da história pátria; facto e época em que a tirania, o fanatismo, a hipocrisia e a corrupção nos aparecem na sua natural hediondez». E acrescenta: «Levados pelas nossas propensões literárias para os estudos históricos, era, sobretudo, por esse lado que podíamos ser úteis a uma causa a que estamos ligados.» Defendia, reportando-se a documentos irrefragáveis, que «os indivíduos colocados na eminência da hierarquia eclesiástica não eram, em grande parte, senão hipócritas, que faziam da religião instrumento para satisfazer paixões ignóbeis» e que «debaixo da monarquia pura, a sociedade, moral e economicamente gangrenada, caminhava para a dissolução».

É na sequência desta teoria herculaniana da história portuguesa que, uma dúzia de anos mais tarde, iremos encontrar o conceito decadentista sintetizado e melhor explicitado, na célebre conferência de Antero de Quental no Casino Lisbonense, «Causas da decadência

dos povos peninsulares» (1871). Mais recentemente, é a partir daí que surge a teoria de António Sérgio sobre «As Duas Políticas Nacionais» (1925).

## NOS SOCIALISTAS

Depois dos liberais da primeira geração, o contributo mais inovador para o desenvolvimento das ciências sociais em Portugal deve-se à primeira geração de socialistas, que apareceu em meados do século XIX, congregada à volta de revistas então criadas: o «Eco dos Operários» (1850-1851) em Lisboa, «A Esmeralda» (1850-1851) e «A Península» (1852-1853) no Porto.

Reconhecendo a nova força social que era o proletariado e reagindo contra o individualismo da corrente liberal, os primeiros socialistas portugueses eram intelectuais emanados da classe burguesa, inspirados por vezes na ideologia de socialistas utópicos (Owen, Saint-Simon, Fourier) e mais frequentemente nos ideólogos da pequena burguesia (Louis Blanc, Proudhon). Entre estes, Sousa Brandão (1818-1892), Custódio José Vieira (1822-1879), Henriques Nogueira (1825-1858) e Lopes de Mendonça (1826-1865). Entre aqueles destaca-se Pedro de Amorim Viana (1822-1901), o primeiro sociólogo português na medida em que considerava a sociedade como um todo orgânico e interligado, «um todo solidário», contendo em si mesma a força imanente propulsora de uma marcha dialéctica.<sup>8</sup>

Lente de Matemática na Academia Politécnica do Porto, onde em 1857 presidiu a uma comissão encarregada de formar um curso de Economia Política, Amorim Viana notabilizou-se no domínio da crítica económica e social desde que em 1852 publicou em «A Península» sucessivos folhetins contendo uma longa «Análise das Contradições Económicas de Proudhon.»<sup>9</sup>

Mais tarde publicou outras obras onde, além do carácter filosófico e social, é manifesto o interesse sociológico: *Defesa do Racionalismo ou Análise da Fé* (Porto, 1866), um posfácio à sua própria tradução das *Memórias da Madame Lafarge* (Porto, 1873) e numerosa colaboração dispersa por diversos jornais do Porto, Coimbra e Guimarães<sup>10</sup>.

Panteísta e optimista à maneira leibniziana, adopta a ciência como meio de o homem se aproximar de Deus, e liga as ciências da natureza com as ciências do homem, estabelecendo uma interacção dialéctica entre a ciência e a sociedade. Recebendo influências, sobretudo, de Saint-Simon e de Fourier, mas com rejeição do seu utopismo, fez entre nós a defesa dos interesses colectivos sobre os individuais, proclamando que «o organismo político de uma nação desenvolve-se por contrastes, e não por meio de harmonias»<sup>11</sup>.

Pensador socialista, entreviu os problemas económico-sociais mesmo antes de atingirmos o industrialismo. Mas Viana não era um militante como Owen ou Fourier: era apenas um teórico, um especulador à maneira de Saint-Simon, de quem adoptou o conceito de dinâmica social, a «fisiologia social», e o princípio de que a moral é o laço necessário da sociedade; por isso cada tipo ou estrutura da

sociedade tem a sua moral, de que a política é uma consequência.

Acreditando na ciência e no progresso, defendia a marcha evolutiva ascendente do processo histórico, aceitando as fórmulas socialistas e de solidariedade colectiva como constituindo uma fase posterior e superior à do liberalismo e do individualismo. A superioridade do socialismo resulta de este «ter conhecido que a sociedade não é uma simples colecção de indivíduos mas um todo solidário que deve ser regulado por um autoridade superior»<sup>12</sup>.

Em matéria de ciência social não aceita nada que não esteja solidamente apoiado na própria realidade do devir histórico, atribuindo por isso importância às tradições, lendas, crenças, ritos e superstições do passado, dos quais em grande parte se alimenta a vida psíquica colectiva, e que se transmitem de geração em geração, porém cada vez mais purificados pela análise racionalista. O progresso consiste na institucionalização dos preceitos morais através da acção permanente da razão, cumprindo às instituições, como Saint-Simon defendia em *O Novo Cristianismo* (1825), aumentar o bem estar da classe mais pobre e desprotegida.

Pensador de encruzilhada, quer nos domínios económico e social, quer nos campos filosófico e religioso, Amorim Viana enunciou por este modo conceitos sociológicos definidos pela primeira vez em Portugal, na época em que ruía ainda a sociedade feudal e se estruturava a nova sociedade burguesa e capitalista, apenas incipiente mas prenhe já de contradições.

Mais tarde importa considerar outro período. A influência socialista renova-se em Portugal a partir das repercussões da Comuna de Paris (1871) e das ligações



então estabelecidas com a primeira Associação Internacional dos Trabalhadores, criada em Londres desde 1864. Desses acontecimentos resultaram no nosso país, no plano intelectual, as Conferências Democráticas; no plano social, o início do movimento operário; e no plano político, a formação de novos partidos, o socialista e o republicano. A revista «O Pensamento Social» (Lisboa, 1872-1873) será, por sua vez, um veículo de introdução de ideologias geradas no seio da Primeira Internacional.

As Conferências Democráticas, coincidentes com a Comuna de Paris, tiveram a maior importância para a decisiva introdução das modernas ideias sociais e respectivas ciências em Portugal. No seu Programa logo se diz que o objectivo é «estudar como a sociedade é, e como ela deve ser», preocupando-se os seus proponentes «sobretudo com a transformação social, moral e política dos povos; ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada; [...] estudar as condições da transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa». Subscrito por elementos jovens da nova geração — Adolfo Coelho, Antero de Quental, Augusto Soromenho, Augusto Fuschini, Eça de Queirós, Germano Vieira de Meireles, Guilherme de Azevedo, Jaime Batalha Reis, J. P. Oliveira Martins, Manuel de Arriaga, Salomão Saragga e Teófilo Braga — alguns de entre eles se destacarão no decurso da vida pela contribuição dada ao desenvolvimento das ciências sociais em Portugal.

A transformação desejada da sociedade portuguesa estava, de resto, ligada ao sentimento da «decadência

nacional», que Herculano havia apontado para Portugal datando-a a partir do Renascimento. O que o historiador apenas sucinta e ainda difusamente enunciou, aparece-nos agora mais escorreitamente explanado na primeira daquelas conferências pronunciadas no Casino Lisbonense, a de Antero de Quental (1842-1891), proferida na noite de 27 de Maio sobre o tema «Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos». É certo que, entretanto, a teoria da «decadência» foi reforçada pela influência de outros autores estrangeiros, fosse o britânico Thomas Macaulay (1800-1859), que procurou explicar a decadência portuguesa por motivos religiosos derivados da Contra-Reforma, fosse o belga Emile de Laveleye (1822-1892), que por sua vez conjugou expressamente o catolicismo e o absolutismo com as conquistas ultramarinas. A própria derrota da França na guerra contra a Prússia de Bismarck, espectacularmente manifestada em Sedan (1870), contribuíra para generalizar o sentimento da decadência dos povos latinos.

Partindo do princípio de que «a decadência dos povos da Península nos três últimos séculos é um dos factos mais incontestáveis da nossa história», o conferencista começa por caracterizar o fenómeno a partir da pléiade dos renascentistas do século XVI, para depois observar: «Deste mundo brilhante, criado pelo génio peninsular na sua livre expansão, passámos quase sem transição para um mundo escuro, inerte, pobre, ininteligente e meio desconhecido. Dir-se-á que entre um e outro se meteram dez séculos de decadência: pois bastaram para essa total transformação 50 ou 60 anos!»<sup>13</sup>

As causas deste fenómeno vai Antero atribuí-las a três factores:

1. de ordem moral — a transformação do Catolicismo pelo concílio de Trento;
2. de ordem política — o estabelecimento do Absolutismo, pela ruína dos liberdades locais;
3. de ordem económica — o desenvolvimento das Conquistas longínquas.

Este esquema, agora claramente estabelecido, corresponde à teoria decadentista de Herculano, desenvolvida quer nas *Cartas*, quer na *História do Estabelecimento da Inquisição*. Por um lado, explica Antero, «com a Inquisição, um terror invisível paira sobre a sociedade; a hipocrisia torna-se um vício nacional e necessário; a delação é uma virtude religiosa; a expulsão dos Judeus e Moiros empobrece as duas nações, paralisa o comércio e a indústria, e dá um golpe mortal na agricultura em todo o Sul da Espanha» (Península). Por outro, «o espírito aristocrático da monarquia, opondo-se naturalmente aos progressos da classe média, impediu o desenvolvimento da burguesia, a classe moderna por excelência, civilizadora e iniciadora, já na indústria, já nas ciências, já no comércio». Enfim, «ao longe, fora do país, foram outras as consequências do espírito da conquista, mas igualmente funestas. A escravatura esterilizou pelo trabalho servil», além de que «o espírito guerreiro, com os olhos fitos na luz de uma falsa glória, desdenha, desacredita, envilece o trabalho manual — o trabalho manual, a força das sociedades modernas, a salvação e a glória das futuras...»<sup>14</sup>.

Além do absolutismo, o colonialismo (as «conquistas») e o catolicismo de Trento aparecem coincidentes nas causas do atraso económico e na decadência geral: «As nações mais inteligentes, mais moralizadas, mais pacíficas e mais industriosas são exactamente aquelas que seguiram a revolução religiosa [Reforma] do século XVI: Alemanha, Holanda, Inglaterra, Estados Unidos, Suíça. As mais decadentes são exactamente as mais católicas!»<sup>15</sup>

Esta teoria da decadência, desenvolvida por Antero a partir de Herculano com as contribuições reforçantes de Macaulay e Laveleye, será em parte contestada por Adolfo Coelho, para mais tarde ser retomada e complementada por António Sérgio.

Entretanto, porém, as ciências sociais vão encontrar em Portugal um largo emprego na busca de uma explicação de própria nacionalidade portuguesa.

## FILOLOGIA E LITERATURA

A busca de uma explicação da nacionalidade portuguesa surge, a partir de 1871, correlacionada com novas preocupações da classe dirigente. Por um lado, um sentimento de «decadência nacional», que irá radicar-se em alguns sectores à medida que se tornará mais clara a consciência de ser Portugal um país tutelado, submetido a interesses imperialistas, sobretudo da Grã-Bretanha. Esta consciência irá exprimir o seu grito irreprimível quando do Ultimato inglês de 1890. Por outro lado, representa uma certa fuga psicológica às novas realidades sócio-económicas resultantes do alvorecer do industrialismo em Portugal e do concomitante despertar do movimento operário.

O colonialismo na acepção moderna do termo e a República como regime político de alternativa serão os resultados mais visíveis dessa tomada de consciência que se generalizou aos estratos mais ilustrados da pequena burguesia.

O ideal da reforma da mentalidade através de uma nova pedagogia será, em domínio diferente, outro resultado, talvez mais débil mas persistente, dessa consciência de perigo e de necessidade de reforma.

É sob o domínio desse sentimento de decadência que vão surgir e afirmar-se no último terço do século XIX e no primeiro do actual os maiores e os mais operosos valores da cultura portuguesa. Verifica-se, como reacção, um impulso renovador do sentimento de nacionalidade. E com ele as ciências sociais adquirem no nosso país a sua maioridade cultural.

Nesse esforço de renovação destacam-se de início, além de Antero de Quental, um Adolfo Coelho nos domínios da filologia e da pedagogia, e um Oliveira Martins, com forte mas ainda obscura vocação sociológica. Ao fim do percurso irá surgir um António Sérgio, sobretudo nos domínios da pedagogia (renovação mental) e da história sociológica. Sérgio aparece como a síntese superadora de diferentes opções que se definiram, sobretudo, a partir daqueles três primeiros. Antero, Adolfo Coelho e Oliveira Martins contam-se, aliás, entre os promotores das Conferências Democráticas de 1871, tendo os primeiros dois chegado a pronunciar as palestras que lhes estavam atribuídas antes que os poderes públicos proibissem a série programada. Antero falou exactamente sobre a decadência; Adolfo Coelho irá logo procurar uma saída para o pessimismo nacional através de uma reforma da mentalidade.

Adolfo Coelho e Teófilo Braga vão ser, entretanto, os introdutores em Portugal da Filologia e da História Literária, dois novos ramos das ciências sociais.

«A Questão do Ensino» foi, com efeito, o tema da conferência de Adolfo Coelho (1847-1919) proferida a 19 de Junho. Com 24 anos de idade e seis ou sete de observações directas sobre costumes, festas, crenças populares e linguística, recolhas sistematicamente

obtidas que lhe haviam fornecido material para várias publicações, entre elas um estudo sobre *A Língua Portuguesa* (1868), tinha já, além dessa documentação etnográfica, uma dupla experiência que o creditava na falange dos contestatários do seu tempo. Por um lado, a frequência decepcionante de dois anos (1862-1864) na Universidade de Coimbra e de um primeiro ano no Curso Superior de Letras de Lisboa (1869). Foi o único autodidacta de entre os oradores das Conferências Democráticas. Por outro lado, já denunciara em escritos de 1870 o efeito obstrucionista advindo do prestígio de alguns representantes da cultura oficial, fossem eles um Latino Coelho, um Inocêncio Francisco da Silva, ou mesmo o próprio Herculano. Esta posição justifica-o plenamente entre os promotores das Conferências de 1871, cujo *programa* reflecte, aliás, como Rogério Fernandes já alertou <sup>16</sup>, algumas das ideias fundamentais anteriormente expressas por Adolfo Coelho.

A conferência representa, de resto, uma síntese programática do que será, durante meio século ainda, a acção persistentemente exercida por Adolfo Coelho ao longo da sua vida. Neste aspecto se distingue de Antero, que foi um inconsequente, manifestamente incapaz de pôr em prática as suas ideias e além disso relapso a qualquer regra de disciplina intelectual. O poeta foi sempre um verbalista, enquanto Adolfo Coelho permanentemente se empenhou por dar expressão prática às suas ideias sociais, nomeadamente aos seus ideais pedagógicos.

Ainda que partindo de posições idealistas de inspiração hegeliana sobre a necessidade e a finalidade do ensino, assim como das formas de que se reveste e

da matéria do seu conteúdo, o conferencista logo passou à análise e crítica da organização do ensino em Portugal, não poupando a política educacional adoptada pelo liberalismo desde a sua primeira reforma em 1836. E, quanto ao ensino superior, foi severo: «Nestes últimos vinte anos nenhum lente da Universidade produziu um só trabalho que fizesse dar à ciência um passo!»<sup>17</sup>

É com posição crítica relativamente ao Curso Superior de Letras, há pouco criado para preencher a lacuna do ensino superior em Portugal quanto à filosofia, às ciências históricas e filológicas que Adolfo Coelho terminará a sua conferência, apontando a ausência de espírito científico naquela escola. Lamenta que o tipo da instituição tenha sido tomado das antigas Faculdades de Letras de França, quando a organização destas já se encontrava a ser reformada e apontava a falta de professores devidamente qualificados para o ensino das novas disciplinas que se pretendia introduzir: «Não se compreendeu que não havia entre nós ninguém apto a fazer um ensino, digno deste nome, das antigas literaturas, da literatura moderna, da filosofia e da história universal; não se conhecia o estado dessas ciências e imaginou-se que a erudição fragmentada que cá havia era literatura, que generalidades banais eram filosofia, e que a história, a filosofia da história podiam improvisar-se»<sup>18</sup>.

A crítica pedagógica aparece assim imediatamente ligada à introdução em Portugal de importantes disciplinas das ciências sociais. Adolfo Coelho personalizará a introdução dessas ciências no nosso ensino oficial.



A atitude assumida por Adolfo Coelho no ciclo das Conferências Democráticas terá a sua contrapartida prática na luta pela introdução de novas cadeiras no Curso Superior de Letras. Esta actualização curricular foi em parte accionada a partir do Porto, onde então exercia atracção intelectual um jovem professor que havia feito a sua educação na Europa, o erudito Joaquim de Vasconcelos (1849-1936) que, desde os dez anos de idade na Alemanha, ainda que interrompidos por uma frequência na Universidade de Coimbra (1865-1869), de lá regressou casado com a filóloga Carolina Michaëlis (1851-1925). Foi à volta deste casal fixado na capital nortenha, donde Vasconcelos era natural, que se discutiam e de certo modo programaram as inovações científicas introduzidas em Portugal nos domínios da Literatura, da Filologia e da Pedagogia.

Ao Porto acorreram efectivamente Teófilo Braga (1843-1924) e Adolfo Coelho, o primeiro a exercer jornalismo desde a sua formatura em Direito (1868), o segundo após a polémica travada na sequência da proibição das Conferências Democráticas. Entre os dois houve durante algum tempo uma como que concertação tácita à volta das sugestões científicas que o casal Vasconcelos-Michaëlis poderá ter-lhes inspirado.

Tendo ali formado com um amigo de Teófilo uma empresa industrial tipográfica, Adolfo Coelho empreendeu a publicação de uma espécie de revista, a «Bibliografia Crítica de História e Literatura», de que era simultaneamente editor, director e chefe de redacção. Logo em 1872 saiu a público na defesa de Teófilo, ambos amigos do casal Carolina-Vasconcelos,

no concurso a um lugar de docente no Curso Superior de Letras.

Teófilo Braga, por sua vez, que já em 1867 havia publicado três trabalhos de interesse etnográfico, a *História da Poesia Popular Portuguesa*, o *Cancioneiro Popular* e o *Romanceiro Geral*<sup>19</sup>, era também autor mais recente de uma *História da Literatura* (1870) e de uma *História do Teatro Português* (3 vols. 1870-1871), temas que afinal o habilitaram, em concorrência com outros candidatos de simpatia oficial, a ser nomeado professor aos trinta anos de idade da cadeira de Literatura, lugar que efectivamente passou a exercer.

A entrada de Teófilo para o Curso Superior de Letras, apoiado pelos seus amigos do Porto, marca o início da aceitabilidade oficial dos ideais de renovação científica e pedagógica que no ano anterior tinham sido proclamados nas Conferências Democráticas.

Durante os quarenta anos subsequentes em que regeu a cadeira, Teófilo prosseguiria a sua denodada ainda que por vezes insegura actividade de investigador das tradições literárias e da cultura portuguesa. Além da actividade política, que havia de fazer dele por duas vezes Presidente da República Portuguesa (1910 e 1915) e de várias digressões no terreno da filosofia como adepto da corrente positivista, devem-se-lhe numerosos estudos de interesse passageiro mas pioneiro no domínio das ciências sociais, como sejam, além da primeira edição portuguesa do *Cancioneiro da Vaticana* (1878), *Contos Tradicionais do Povo Português* (1883), *Sistema de Sociologia* (1884), *O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições* (2 vols. 1885), *Alma Portuguesa — Rapsódias da grande epopeia de um pequeno povo* (7 vols., 1891), *História da Universidade de Coimbra* (3

vols., 1892-1902), e trabalhos de revisão e síntese já na fase final da sua vida, como *Idade Média* (1901), *Renascença* (1914), *Os Seiscentistas* (1916) e *Os Arcades* (1918).

Sobre a sua obra de etnógrafo, o etnólogo José Leite de Vasconcelos exprimiu desde 1891 a opinião de que nela se encontram materiais «em abundância e bons, antigos e modernos; estes últimos, em regra, colhidos de fontes literárias, e em informações que pessoas cultas lhe deram, porque Teófilo Braga poucas vezes interrogou directamente o vulgo. Se [o investigador da nossa etnologia] procura elementos comparativos, alguns descobre também mas parcos e nem sempre da melhor fonte. Se procura teorias e explicações, há-de precavê-las o mais possível, e não aceitar senão aquilo que por outro modo estiver no caso de vantajosamente comprovar».

Mas, a despeito dos seus erros metodológicos e da precariedade científica dos seus trabalhos, Teófilo foi pioneiro no género das suas investigações e deixou à mocidade escolar o exemplo raro de austeridade espartana e de extrema capacidade de trabalho, que manteve até final da sua longa vida.

## PEDAGOGIA, ANTÍDOTO DE DECADÊNCIA

Teófilo partiu para Lisboa, e Adolfo Coelho, cinco anos mais novo, ficou ainda por meia dúzia de anos no Porto, época em que, além do exercício do magistério no ensino secundário, prosseguiu no Minho a recolha de dados etnográficos e foi sempre estreitando os seus laços de amizade com o casal Carolina-Vasconcelos<sup>20</sup>. Logo em 1872 aparece ao lado de Joaquim de Vasconcelos a atacar Castilho pela sua tradução do *Fausto* de Goethe. E, ainda durante o seu estágio no Norte, receberá de Carolina Michaëlis indicações sobre a prática dos exercícios pedagógicos de Froebel, que o habilitarão à defesa e propagação da sua obra e dos jardins de infância.

Do Porto, também Adolfo Coelho, como Teófilo, partirá para Lisboa a ocupar, com 31 anos de idade, um lugar no Curso Superior de Letras após a criação, em 1878, da cadeira de Filologia Comparada, na sequência de propostas que vinham sendo apresentadas na Câmara Legislativa desde há quatro anos. A nomeação de Adolfo Coelho para prover àquele lugar verificou-se no seguimento de uma «Representação ao Parlamento», subscrita por grande número de notabilidades da

inteligência portuguesa, desde Teófilo Braga, então já director do Curso Superior de Letras, e outros proponentes das Conferências Democráticas (Antero de Quental, Oliveira Martins, Batalha Reis), a um Ramalho Ortigão, um Magalhães Lima, um Latino Coelho, um Manuel de Arriaga, um Sousa Viterbo, etc. e, enfim, Joaquim de Vasconcelos e sua mulher Carolina Michaëlis, esta acumulando com a representação de vários filólogos e linguístas de diferentes universidades europeias. Mais tarde (1887) a Universidade alemã de Goettingen outorgará a Adolfo Coelho o grau de doutor «honoris causa» por ter enriquecido a filologia românica com a descoberta de fontes literárias populares e por nunca ter deixado de pugnar «com ardor juvenil» pela educação da juventude.

É a partir de 1878 que, definitivamente instalado em Lisboa, Adolfo Coelho passa a exercer com redobrada intensidade a sua dupla acção pedagógica, na escola e na sociedade. A Linguística e a Etnologia ocupam-no de início predominantemente no Curso Superior de Letras. Em 1879 publica *Contos Populares Portugueses*; e, no ano seguinte, lança a «Revista de Etnologia e Glotologia», atribuindo à Glótica, ciência moderna surgida na Alemanha, a determinação das leis que no curso do tempo presidem à transformação das línguas. *A Língua Portuguesa* aparece reeditada em 1881 tendo como subtítulo «Noções de Glotologia Geral e especial portuguesa»; e no mesmo ano surgem as *Noções de literatura antiga e medieval como introdução à literatura portuguesa*. Em 1882 publica uma série de artigos no «Jornal do Comércio» sobre «A Etnologia», em que examina criticamente dois livros de Oliveira Martins.

Mas a filologia e a etnologia não lhe interessam como ciências puras, mas sim como disciplinas necessárias à descoberta dos elementos sólidos e úteis à transformação social do homem português. A pedagogia será a disciplina complementar para «elevar a ciência portuguesa à altura das outras nações»<sup>21</sup>, objectivo que obsidiadamente persegue. O ano de 1882, centenário de Froebel, em que se cria em Lisboa o primeiro jardim de infância, fá-lo voltar ao tema da sua conferência no Casino Lisbonense, mas desta vez estreitamente ligado a realizações práticas.

No periódico pedagógico «Froebel», então criado em Lisboa, publica sucessivamente: «Vida e obra de Froebel», «Jardins-escolas», «Caixas Económicas Escolares», «O trabalho manual na escola primária», etc. No «Jornal do Comércio», além doutros, apresenta artigos sobre «Os métodos de ensino na Universidade», «O professorado primário», «As Escolas Primárias Superiores», «O ensino primário complementar» e «O trabalho manual nas escolas primárias superiores».

A sua filosofia do ensino e a directriz da sua acção pedagógica aparecem definidas em íntima ligação com a etnografia e a história num estudo pedagógico de 1883, significativamente intitulado «Os Elementos Tradicionais da Educação»: «educar o homem, perscrutando todas as indicações da natureza, dirigi-lo de modo que ele possa compreender bem o meio social em que tem de viver, e o passado que explica esse meio actual»<sup>22</sup>.

Toda essa actividade doutrinária, que prosseguirá em anos futuros, intercalada com conferências proferidas quer em Lisboa (Associação dos Jornalistas e Escritores e Voz do Operário) quer no Porto (Sociedade de

Instrução), tem o seu ponto mais alto na activa participação de Adolfo Coelho no Congresso das Associações Portuguesas, na Câmara Municipal de Lisboa em Junho de 1882, para o qual elaborou um importante trabalho sobre «A instrução do Povo em Portugal». Das pertinentes considerações críticas e das fecundas sugestões aí apresentadas resultou a criação pelo município lisboeta da Escola Rodrigues Sampaio, para a qual Adolfo Coelho foi nomeado director em 1883, funções que exerceu durante cerca de trinta anos em acumulação com a de professor no Curso Superior de Letras (este em 1911 transformado em Faculdade de Letras da Universidade então criada de Lisboa).

No mesmo ano de 1883 são criadas nas escolas centrais de Lisboa as Caixas Económicas Escolares de que Adolfo Coelho fora também propagandista, e, nomeado ainda visitador das escolas municipais, organiza um Museu Pedagógico, o primeiro e único existente em Portugal, mais tarde arrumado em depósito na Escola do Magistério Primário de Lisboa.

Esta actividade criadora de dinamização cultural e de inovações pedagógicas correlaciona-se no espírito de Adolfo Coelho com o problema da «decadência nacional» que domina os homens do seu tempo, como vinha sendo notório desde as Conferências Democráticas. Em Adolfo Coelho toma mais clara expressão a partir de 1890, ano do Ultimato inglês.

Membro da Sociedade de Geografia, logo nesse ano apresenta à respectiva Secção de Ciências Étnicas, de que foi presidente, um plano de inquérito com o objectivo de determinar «o grau de decadência de que nos acusam e nos acusamos muitas vezes, as causas

dessa decadência e os remédios que devem ser-lhes opostos»<sup>23</sup>.

É dessa caracterização do perfil psicológico da população que partirá para a apresentação, quatro anos mais tarde, das «Bases Gerais de uma reforma do ensino público português». Estas «Bases», onde sugere, ao que supomos pela primeira vez em Portugal — o que aqui importa assinalar — a criação de uma Faculdade de Ciências Sociais, serão reeditadas em 1911, quando, após a proclamação da República, a hora parecia chegada para a efectivação das grandes reformas. É aí, sobretudo, que analisa os factores históricos da «decadência nacional».

Reconhecendo, como Antero, que depois de um Pedro Nunes e um Garcia da Orta havíamos caído em marasmo e ficáramos afastados de todo o movimento de renovação científica e filosófica, não aceita no entanto as teses simplistas de motivação religiosa, rebatendo mesmo frontalmente a atribuição da causa da decadência à introdução da Inquisição em Portugal. Mas sempre defendeu a laicização da ciência e do ensino, com rejeição expressa de toda a interferência religiosa na pesquisa científica, e reclamava a separação completa do Estado e da Igreja.

Portugal não era, para Adolfo Coelho, um país irremediavelmente condenado à decadência, do mesmo modo que, para ele, só valia quem buscasse actuar sobre o meio de modo progressivo<sup>24</sup>. Contrário, portanto, a qualquer atitude de fatalismo, preconizava a necessidade de «uma história do movimento da cultura e transformação dos povos peninsulares, uma história que não pretendesse explicar tudo por abstracções, uma história concreta, pois, que buscasse desvendar todas as



tendências, muitas vezes contraditórias, dos homens peninsulares através dos séculos». Por essa investigação é que se «poderia talvez resolver o problema que nos ocupa e em que se tem chegado a resultados em geral incoerentes pelo exame incompleto, superficial dos dados». É assinalando esta importante direcção de pesquisa que Rogério Fernandes aponta para o papel posteriormente desempenhado por António Sérgio para suprir essa debilidade historiográfica apontada por Adolfo Coelho <sup>25</sup>.

Sérgio, efectivamente, não ficou indiferente à proposta de Adolfo Coelho. No primeiro dia de 1914 enviou-lhe do Rio de Janeiro, onde então se encontrava, um dos seus livros, afirmando-lhe na dedicatória que ele era «um dos raríssimos homens de verdadeiro saber e alta honestidade intelectual que encontrou num país de charlatães» <sup>26</sup>. Em 1916 editou-lhe e prefaciou o seu livro *Cultura e Analfabetismo*. Pode mesmo dizer-se que a acção sócio-pedagógica que Sérgio exerceu lúcida e corajosamente ao longo da sua vida constituiu em grande parte a prossecução, também a nível da crítica historiográfica, do programa enunciado e, em alguns aspectos, começado a ser realizado por Adolfo Coelho.

Mas, antes de lá chegarmos, devemos passar em revista, ainda que de modo extremamente sucinto, a contribuição de outros intelectuais na introdução das ciências sociais em Portugal, em que Adolfo Coelho exerceu com efeito um lugar de charneira.

## OLIVEIRA MARTINS

A par de Adolfo Coelho, mas seguindo vias divergentes, Oliveira Martins (1845-1894), também subscritor do Programa das Conferências Democráticas, foi outro elemento daquela geração a quem se deve valiosa contribuição, ainda que discutível, para a fixação das ciências sociais em Portugal.

Em 1879 lançou a série de estudos programados que reuniu numa colecção exactamente denominada «Biblioteca das Ciências Sociais». Destinava-se, segundo o prospecto anunciador, «a vulgarizar entre nós conhecimentos essenciais à vida de uma nação», e pretendia de certo modo preencher o vazio do ensino oficial no sentido de fornecer esses conhecimentos às «classes médias». Num período curto mas operoso de meia dúzia de anos, quando gozava a plenitude da vida entre os 34 e os 40 de idade, o nosso polígrafo procurou aí compendiar matérias do maior interesse sociológico relacionadas especialmente com a nacionalidade e a sociedade portuguesas, em conexão com as espanholas, como revelam os títulos da dúzia de volumes então publicados, a saber: *História da Civilização Ibérica*, 1879; *História de Portugal*, 2 volumes, 1879; *O*

*Brasil e as Colónias Portuguesas*, 1880; *Elementos de Antropologia*, 1880; *Portugal Contemporâneo*, 3 volumes, 1881; *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva*, 1881; *Sistemas dos Mitos Religiosos*, 1882, *Quadro das Instituições Primitivas*, 1883; *Regime das Riquezas*, 1883; *Táboas de Cronologia*, 1884; *História da República Romana*, 1885. Pode dizer-se que a partir daqui a designação de Ciências Sociais passou a generalizar-se, acabando por ser uma nova realidade introduzida no património cultural português. E de tal modo as novas matérias corresponderam a um interesse despertado no acanhado espaço mental das «classes médias» portuguesas, que as tiragens dos volumes foram subindo de 500 exemplares nos primeiros até 1000 e 2000 nos últimos. Assim, podemos dizer de Oliveira Martins, como já sublinhou o investigador francês e erudito lusófilo Albert Silbert, que «graças a ele o sentido do social não está totalmente ausente da vida intelectual portuguesa»<sup>27</sup>.

O social de Oliveira Martins reflecte-se particularmente na explicação histórica que pretende dar da Península Ibérica (*História da Civilização Ibérica*), da nação Portuguesa (*História de Portugal* e *Portugal Contemporâneo*) e das conquistas ultramarinas hispano-portuguesas (*O Brasil e as Colónias Portuguesas*). Os restantes volumes visavam a divulgar certas noções de antropologia, etnologia, economia e pré-história, disciplinas então ainda pouco consideradas entre nós. Investigadores com melhor preparação científica viriam mais tarde fornecer contributo mais sólido neste domínio. Os aspectos mais importantes da contribuição de Oliveira Martins foram: por um lado, procurar integrar as formações sociais portuguesas no complexo

histórico-geográfico da Península; e, por outro, sublinhar a importância da expansão colonial na história das sociedades ibéricas.

No primeiro volume da colecção, ao mesmo tempo que aparecem delineadas as ideias directoras da sua visão ibérica de história, chegando a inserir um capítulo sobre Camões numa das partes do livro dedicada ao Império da Espanha, Oliveira Martins debruça-se também — oito anos depois de Antero — sobre as *causas da decadência dos povos peninsulares*, título de um outro capítulo. Numa dissertação mais impressionista que analítica, enuncia as consequências derivadas dos descobrimentos e conquistas ultramarinas, cujo esquema vamos tentar dar.

O ouro do Novo Mundo, que a princípio ainda serviu para sustentar os exércitos espanhóis que garantiam em diferentes territórios da Europa a posição preponderante da Espanha de Carlos V, acabou por afastar os espanhóis dos interesses europeus.

Por outro lado, enquanto politicamente deu origem à formação das monarquias modernas assentes em tronos de ouro, em vez de ferro, do ponto de vista económico-social produziu o reaparecimento da escravatura e a substituição da aristocracia militar pela do dinheiro. O saque dos tesouros dos indígenas da América e o trabalho embriagante das minas causaram o empobrecimento da Península, onde «o capital deixa de ser produtivo, a terra verga sob o peso dos impostos, a indústria caiu em ruínas». Quanto a Portugal, por exemplo, «ainda não eram passados vinte e cinco anos depois da descoberta da Índia, e a nação portuguesa já não podia conservar as praças de África».

Em Espanha, onde a cleresia representava um quarto da população adulta, a situação agravava-se pela intolerância emanada do espírito jesuítico, que se insinuara na instrução, ao mesmo tempo que era proibido aos espanhóis o estudo em universidades estrangeiras. Com a expulsão dos Judeus e dos Mouros, «a Espanha, cheia de escrúpulos, ia gradualmente expelindo de dentro de si todas as causas do pecado, até se achar num estado de pureza que correspondia à despovoação, à ruína, à espécie de paz que homens e nações gozam na quieta mansão dos túmulos».

Esse é o espírito — continua Martins — que também dominará em Portugal com João III, «príncipe em cuja alma todo o fanatismo da Nação encarnara». E embora defenda, opondo-se neste particular à tese de Herculano sobre os malefícios da Inquisição, que «a organização de um tribunal da fé era preferível à existência anárquica desse mesmo tribunal, confiados cargos de juizes a uma plebe fanatizada por outra plebe de frades energúmenos», acaba por reconhecer que, com a introdução em Portugal do Tribunal da Inquisição, na realidade «repete-se aqui o furor de purificação da fé havia muito praticado no vizinho reino».

As consequências da «grandeza» peninsular, enfim, foram notórias em Alcácer Quibir (1578) e na dispersão da Grande Armada (1588). «Os frutos da nossa obra voltaram-se contra nós». E noutra passagem sintetiza «Foram exactamente as consequências dos nossos erros que abriram os olhos aos estranhos, nossos sucessores no domínio ultramarino: aos holandeses, aos ingleses».

No fundo, portanto, embora com algumas variantes formais, aparece como em Herculano e em Antero

mesmo sentimento de decadência peninsular atribuída às mesmas causas: o ouro das conquistas, o egoísmo individualista e o jesuitismo aliado aos dogmas decretados pelo Concílio de Trento.

Oliveira Martins, por outro lado, tinha da história uma concepção fisiologista, reflectindo as teorias darwinistas que haviam dominado a zoologia. Reduzindo a luta de classes ao processo biológico de selecção, parte dessa analogia da história das sociedades com as ciências da natureza para a justificação fria e objectiva do colonialismo, numa altura em que a economia portuguesa procurava ainda ressarcir-se, através da exploração colonial em África, da perda da antiga e rica colónia que havia sido o Brasil. Na sua concepção racista e colonialista, o colono branco aparece como o vencedor e dominador dos autóctones africanos da mesma forma que as espécies se guerreiam para assegurar a sobrevivência, triunfando uns e liquidando-se os outros. É assim que Oliveira Martins contribui decisivamente para a formação entre nós da moderna consciência colonialista, ao mesmo tempo que, através dos seus estudos sobre o desenvolvimento económico metropolitano, nos desperta para os malefícios advindos do próprio colonialismo.

Foi essa a sua grande contribuição para a análise sociológica da história de Portugal.

É a partir daí, com efeito, que a sociologia e a história sociológica aparecem a tentar explicar as raízes e a essência da nacionalidade portuguesa; e que, sob o influxo de uma consciência cada vez mais nítida da sujeição nacional aos interesses imperialistas estrangeiros, se procura também descobrir as causas do bloqueamento da nossa sociedade.

Se com Oliveira Martins o conceito de sociologia <sup>28</sup> aparece ainda mal distinto do de socialismo, termo que geralmente aparece com sentido equívoco e sem conotação a um sistema económico-social propriamente dito, a verdade é que, desde então até António Sérgio se percorre toda uma época da nossa história cultural e vai predominantemente no sentido de tentar explicar as raízes e a essência da nacionalidade portuguesa e da sua correlação com o bloqueamento da sociedade.

É nessa linha que se verifica no final do século passado e no princípio do actual uma proliferação de investigadores das ciências sociais em Portugal.

## SURTO GERAL DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A partir de Adolfo Coelho e Oliveira Martins passaram de certo modo a proliferar em Portugal os investigadores no domínio das diversas ciências sociais.

Assim, a história e a análise económica da realidade social portuguesa registaram um surto de novos desenvolvimentos com Alberto Sampaio (1841-1908), um contemporâneo, amigo e por vezes colaborador de Oliveira Martins. Os seus trabalhos, geralmente confinados à região do Noroeste, avalizam-no como o verdadeiro criador entre nós da história económica. Foram mais tarde reunidos em dois volumes: *Estudos Históricos e Económicos*, 1923. Neles se encontram investigações originais sobre as vilas do Norte de Portugal, as póvoas marítimas, a propriedade e a cultura minhotas, etc.

Bento Carqueja (1850-1935), professor e jornalista, dedicou-se às questões económicas e sociológicas, tendo produzido, entre muitas outras obras: *O Futuro de Portugal, questões económico-sociais*, 1900; *O capitalismo moderno e as suas origens em Portugal*, 1908; *O Povo Português*, 1916; *O materialismo histórico*, 1917, etc.



Basílio Teles (1856-1923): *O Problema Agrícola*, 1899; *Estudos Históricos e económicos*, 1901; *A carestia da vida nos campos*, 1903; *As Finanças*, 1911.

Com o seu magistério na Universidade de Coimbra, Marnoco e Sousa (1869-1916) deu fundamentos teóricos a este surto publicando a matéria dos seus cursos em diferentes obras: *Lições de Economia Social*, 1901; *Ciência Económica*, 1902; *O capitalismo moderno*, 1907, etc. E em 1913 aparece uma *História Económica de Portugal* subscrita por Carneiro de Medra.

Ezequiel de Campos (1874-1965) chegou a dar expressão política às conclusões práticas destes estudos, quando apresentou os seus projectos de lei, um em 1911, sobre *Utilização dos terrenos incultos*, outro em 1925, *Proposta de Lei de Organização Rural*, prossequindo ele próprio as investigações económico-sociais através de novos estudos publicados: *A Conservação da Riqueza Nacional*, 1913; *A Evolução e a Revolução Agrária*, 1918, etc.

João Lúcio de Azevedo (1855-1933) e Francisco António Correia (1877-1938) foram os que, numa visão geral da história portuguesa, tentaram, já sob o estímulo de António Sérgio, construir uma história económica de Portugal: o primeiro com *Épocas de Portugal económico*, e o segundo com um trabalho em dois volumes, *História Económica de Portugal*, ambos em 1929.

Este esforço para uma nova visão da história de Portugal assente em dados económicos e bases objectivas foi apoiado pelo desenvolvimento da estatística e da demografia ocorrido ao longo de todo o curso do século XIX.

Já em 1799 se tinha elaborado um plano para a descrição geográfica e económica da província do

Minho. Dois anos depois, houve instruções gerais para se elaborar um cadastro ou mapa aritmético e político do reino. Com as invasões francesas, surge em França o primeiro *Essai statistique sur Le Portugal* (Bordeaux, 1810). E em 1812 aparece em Portugal uma *Memória sobre o Modo de Formar um Plano de Estatística em Portugal* (Manuel Carvalho e Vasconcelos). Mas o primeiro inquérito efectuado data de 1814 e foi dirigido às fábricas. Dele colheu Acúrsio das Neves (1766-1834) elementos para os dois volumes do seu trabalho intitulado *Varietades sobre objectos relativos às Artes, Comércio e Manufacturas* (1814-1817). E em 1815 aparece uma monografia local, a *Memória Estatística acerca da Notável Vila de Montemor-o-Novo*, de José Varela.

Depois dos italianos Mariano Miguel Franzini (1779-1861) e Adrien Balbi (1782-?) se terem ocupado em Portugal de uma intensiva recolha e coordenação de dados, o primeiro elaborando em 1815 instruções estatísticas dirigidas às autoridades, de cujos resultados deu mais tarde público testemunho no *Almanaque de Lisboa* de 1826 e na «Revista Universal Lisbonense» em 1843, o segundo nos dois volumes do seu *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve* (Paris, 1822), é no início dos anos 30, com o surto europeu do liberalismo, que a estatística começa a sistematizar-se. Em 1831 já um português (J. Pita de Castro) pertencia à Société de Statistique Universelle. E em 1833, ao reformarem-se as Alfândegas, o novo ministro da administração liberal Silva Carvalho (1782-1856) estabelece a obrigatoriedade de se elaborarem mapas onde se registem as quantidades de géneros importados e exportados.

O termo *estatística* andou entre nós inicialmente confundido com o de *estadística*. Aceite com essa conotação pelos dicionaristas portugueses desde 1831, só em 1836 apareceu pela primeira vez definido no *Dicionário* de Solano Constâncio (1777-1846) como sendo um termo moderno, «ciência que trata da enumeração de tudo o que constitui a força de uma nação, de um estado».

Em 1841 inicia-se na Faculdade de Direito de Coimbra o estudo desta nova disciplina, para o que Adrião Forjaz de Sampaio publica os *Primeiros Elementos de Ciência Estatística*. Oito anos mais tarde, já outro *Dicionário* (Eduardo Faria) ao definir o novo termo observa que «não se deve confundir com estadística, que é a ciência do governo ou de tratar negócios políticos». Entretanto, havia saído em 1844 um *Ensaio sobre Estatística*, assinado por J. Lopes de Lima. Três anos mais tarde no Funchal um estudo sobre *Beja no Ano de 1845* de J. Silvestre Ribeiro (1807-1891). E em seguida foi a vez de João Maria Nogueira (1816-1856), oficial da Direcção do Comércio e Industria, de traduzir o *Compêndio Estadístico* de A. Moreau de Jones (1851).

Por proposta de Alexandre Herculano na Academia das Ciências, Oliveira Marreca (1805-1889) elaborou em 1853 um projecto de estatística, com largo uso por ambos do termo *estadística*, que se mantém na língua espanhola. Em 1855 foi, com efeito, publicado em Madrid um *Compêndio geográfico-estadístico de Portugal* (José de Aldama Ayala).

A organização estatal ficou enfim montada desde que em 1857 se criou a Comissão Central de Estatística do Reino (que em 1875, publicará o primeiro *Anuário*) e

dois anos depois a Repartição de Estatística do Ministério das Obras Públicas.

Por esta altura também o açoriano José de Torres (1827-1874) se interessou pela estatística, chegando a empreender para o efeito uma viagem pela Europa. Em 1861 redigiu um *Relatório-consulta da repartição de estatística acerca da estatística geral de Portugal*. No mesmo ano apareceu de Furtado Coelho *Estatísticas do Distrito de Viana do Castelo*.

Também da França nos vem um testemunho do interesse estrangeiro quanto a dados estatísticos sobre o estado do nosso desenvolvimento: Charles Vogel, *Le Portugal et ses Colonies*, Paris, 1860.

O primeiro censo geral da população portuguesa teve lugar em 1864, e dois anos depois a estatística da divisão da propriedade, que ofereceu a oportunidade a Rebelo da Silva (1822-1871) de publicar uma *Memória sobre a População e Agricultura em Portugal*.

Rodrigues de Freitas (1840-1896), autor de uma *Notice sur le Portugal* (1867) e Gerardo Pery (?-1894), autor da *Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias* (1875), cultivaram também a estatística, cabendo ao segundo ter elaborado sobre a região do Alentejo a primeira *Estatística Agrícola* (1883). Também um antigo funcionário da Fazenda e cônsul em Newcastle (Afonso de Figueiredo) publicou em 1873 uma obra que, embora destinada a fazer a apologia da administração regeneradora, reuniu múltiplos e minuciosos dados estatísticos sobre essa época: *Le Portugal. Considérations sur l'état de l'administration, des finances, de l'industrie et du commerce de ce royaume et de ses colonies*.

Em 1890 efectuou-se novo recenseamento, o primeiro depois do Congresso Internacional de 1872

que recomendou a todos os países a realização de recenseamentos no final de cada década.

Já no nosso século, aparece-nos Adriano Monteiro a publicar em 1904 os *Bases para um inquérito industrial*, repetindo em 1927 o seu intento planificador com um *Plano de Inquérito Geral Económico*, enquanto Ezequiel de Campos dá em 1915 um forte impulso à demografia com o seu estudo sobre *A Grei*.

A modernização dos serviços estatísticos do Estado resultará, enfim da remodelação do Conselho Superior de Estatística empreendida em 1926 pelo seu director-geral, coronel Vitorino Godinho.

No domínio da história, foram também importantes as perspectivas abertas noutras direcções.

Joaquim Bensaúde (1855-1952), Duarte Leite (1864-1950) e Jaime Cortesão (1884-1960) abrirão com efeito novas e importantes perspectivas históricas no domínio dos Descobrimentos quinhentistas. E A. de Sousa da Silva Costa Lobo (1840-1913) publicou em 1903 a *História da Sociedade em Portugal no século XV*, com que procurou iniciar um novo estilo de história, pela integração de aspectos económicos, sociais, e geográficos além dos políticos.

Quanto à linguística e à filologia já vimos que tem o seu introdutor em Adolfo Coelho. Mas, além de Carolina Michaëlis e do seu marido Joaquim de Vasconcelos, importa ainda citar José Leite de Vasconcelos (1858-1941), que na «Revista Lusitana», (Lisboa, 1887-1943) publicou os seus estudos autorizados com uma especialização na Universidade de Paris, onde apresentou o trabalho *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise* (1901).

Não foram poucas as contribuições que se acumularam nos domínios da arqueologia e da etnografia.

Como arqueólogos, aparece-nos Martins Sarmiento (1833-1899) com vários estudos relacionados com as origens etnológicas do povo português (*Os Gregos no Noroeste da Ibéria*, 1876; *Ora Marítima*, 1880; *Os Argonautas*, 1887; *Lusitanos, Ligures e Celtas*, 1891; etc.), que o levaram ao trabalho de campo na citânia de Briteiros (Guimarães) e de cujo prestígio saíram a realização em sua casa da 1.<sup>a</sup> conferência arqueológica portuguesa (1877) e a criação da Sociedade Martins Sarmiento (1882), que por sua vez lançou a *Revista de Guimarães* (1884) e abriu ao público um museu arqueológico e etnográfico.

O trabalho de Martins Sarmiento no Noroeste teve no Nordeste o seu par em Francisco Manuel Alves, o Abade de Baçal (1865-1965), cujas *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* (11 volumes, 1908-1948) são o repositório de uma longa vida de paciente trabalho investigativo.

Mas também Estácio da Veiga (1828-1891), Rocha Peixoto (1866-1909) e Ricardo Severo (1866-1940) ocupam lugar de destaque neste movimento científico de busca arqueológica de antigas civilizações florescentes no território português.

Na etnografia, além de Adolfo Coelho, que pela primeira vez usou em Portugal, desde 1875, o vocábulo «folclore» (in «Revista Ocidental»), temos José Leite de Vasconcelos: *Estudo Etnográfico*, 1881; *Tradições populares de Portugal*, 1882; e muitos outros estudos reunidos na «Revista Lusitana», (1887-1943) e nos volumes da sua *Etnografia Portuguesa*, (1933-1975). Deve-se-lhe ainda a

criação do Museu Etnográfico (1893) que desde 1906 se encontra instalado nos Jerónimos e que ele próprio dirigiu até 1929. Temos o já referido Rocha Peixoto, um caso raro de operosidade no domínio das ciências naturais e das ciências sociais, autor de numerosíssimos trabalhos que o seu conterrâneo e meticuloso investigador Flávio Gonçalves, com o apoio da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, sua terra natal, reuniu em três volumes, tão espessos em número de páginas como substanciais em riqueza e variedade de conteúdo<sup>29</sup>.

No domínio da etnografia regional, depois dos trabalhos literário-etnográficos de Peregrina de Sousa (1809-1886) e de Estácio da Veiga (*Romanceiro do Algarve*, 1870), temos ainda António Tomás Pires (1850-1913) com as suas *Cantigas* (1891), o *Cancioneiro Popular Político* (1891) os *Contos Populares* em 4 volumes (1902-1910) e os 12 opúsculos dos seus *Estudos* (1904-1924); José Augusto Vieira (1856-1890), com *O Minho Pitoresco* em 2 volumes (1886); Silva Picão (1859-1922), recolector dos costumes do Alentejo (*Através dos Campos*, 1903), e Gonçalo Sampaio (1865-1937) que, além de botânico, foi um apaixonado folclorista, devendo-se-lhe a recolha de danças e cantares minhotos. Pedro Fernandes Tomaz desenvolveu igualmente importante acção pioneira na recolha de canções populares portuguesas.

Também Jaime Cortesão se interessou pela etnografia ao divulgar em 1914 o *Cancioneiro Popular* e *Cantigas do Povo para as Escolas* e, mais tarde, já durante o seu exílio no Brasil, *O que o Povo canta em Portugal* (1942).

A história da arte só mais recentemente começou a ser investigada. O já nosso conhecido Joaquim de Vasconcelos foi, por certo, quem mais contribuiu para

o despertar deste interesse, depois das visitas que fez na Alemanha a museus, bibliotecas e arquivos, tendo-se dedicado desde cedo ao levantamento de alguns valores artísticos portugueses: *Músicos Portugueses*, 2 vols., 1870; *Albrecht Dürer e a sua influência na Península*, 1877; *A Pintura Portuguesa nos séculos XV e XVI*, 1881; *História da ourivesaria e joalheria portuguesa*, 2 vols., 1882. Promoveu, nomeadamente, a edição de escritos do pintor português renascentista Francisco de Holanda: *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa e da Ciência do Desenho*, 1879; *Quatro diálogos da pintura antiga*, 1918. Em 1895 chamou a atenção para o políptico de São Vicente de Fora, que havia de dar origem a uma complexa e interminável polémica que chegou aos nossos dias.<sup>30</sup>

A partir de Joaquim de Vasconcelos os historiadores da arte portuguesa multiplicaram-se nas mais diversas direcções de investigação e análise crítica.

Especializados em diferentes ramos de conhecimento ou cultivando géneros literários diferenciados, estes intelectuais e tantos outros procuraram honestamente, à luz das ideologias que adoptaram, tomar uma consciência esclarecida na busca das raízes da nacionalidade portuguesa e das causas do bloqueamento da sociedade.

Num país carregado de passado histórico, como é Portugal, onde predominava uma cultura clássica fundida com as doutrinas teológicas da Contra-Reforma, os intelectuais de todo esse movimento renovador, com diferenciados perfis ideológicos, reagiram a seu modo contra a cultura tradicional dominante no seu tempo. Assentando essa cultura em estruturas conventuais ou mesmo universitárias, tomaram geralmente posições anti-escolásticas e



defenderam o processamento de uma cultura laica e até de aceitação do livre pensamento.

Como meios de intervenção, além da própria actuação cívica, serviam-se do livro, da revista, de associações profissionais, intelectuais ou científicas, e de universidades livres e populares.

A partir dos primeiros jornais republicanos, de 1869-1870 («República Federal», «A República»), das Conferências Democráticas de 1871 e da revista «O Pensamento Social» (1872-1873), a elaboração da corrente sociológica foi-se corporizando no último quartel do século XIX através de importantes publicações periódicas, predominantemente nortenhas, de entre as quais evocamos algumas: «Revista Ocidental» (Lisboa, 1875), «Positivismo» (Porto, 1878), «A Renascença» (Porto, 1878), «Revista da Sociedade de Instrução» (Porto, 1881), «Revista de Guimarães» (Guimarães, 1884), «Revista de Estudos Livres» (Lisboa, 1884), «Revista Lusitana», 1886, «Revista de Portugal» (Paris, 1889, e Porto, até 1892), «Revista de Ciências Naturais e Sociais» (Porto, 1889), «Portugália» (Porto, 1899).

Muitos dos intelectuais referidos, ao mesmo tempo que se opunham às tradições de cariz teológico, reagiram também à herança cultural incentivada pela Renascença e veiculada pelo emprego da tipografia, que desde o século XVI passou a condicionar a actividade intelectual. Em vez dos livros, ou melhor, ao mesmo tempo que nos livros, procuravam nas tradições populares redescobrir um passado rico de cultura colectiva transmitida por via oral e de expressões costumeiras. Desse modo se esforçavam ainda por neutralizar os traumatismos mentais derivados da

transformação económica-social marcada pelo liberalismo e pela adopção da cultura burguesa cosmopolita, desenraizadora. Os estudos regionais são, por sua vez, incentivados neste contexto.

As próprias imposições imperialistas das grandes potências, expressas em momentos brutais como foram a intervenção militar de 1847 contra a Patuleia, as conferências de Berlim de 1885 e o Ultimato britânico de 1890, contribuíram, por saudável reacção, para a busca das raízes e da essência da nacionalidade portuguesa — e, desse modo, para a descoberta das expressões genuínas da cultura popular. Além dos estudos individuais referidos, todas essas preocupações de feição predominantemente nacionalista acabaram por se condensar na obra colectiva da sociedade literária que se fundou logo após a proclamação da República, a Renascença Portuguesa, que reuniu em revistas e publicações diversas os estudos e resultados de atormentadas pesquisas de homens reflectidos, fossem eles Leonardo Coimbra (1883-1936) ou Jaime Cortesão, Teixeira de Pascoaes (1877-1952), António Sardinha (1888-1925) ou António Sérgio (1883-1969).

Contrariando o monopólio intelectual tradicional da Universidade de Coimbra, apoiaram muitos deles a criação das Universidades de Lisboa e do Porto em 1911, promoveram alguns a proliferação de universidades livres e populares, tanto em 1912 como em 1919, isto é, antes e depois da 1.<sup>a</sup> Grande Guerra, e muitos deles aparecem mesmo ligados à criação em 1919 da primeira Faculdade de Letras do Porto, finalmente extinta, também significativamente, em 1929, ano que, ao que se nos afigura, encerra a primeira grande fase das Ciências Sociais em Portugal.

## A «RENASCENÇA PORTUGUESA»

A Renascença Portuguesa foi um movimento intelectual de feição nacionalista que, embora alargado a Coimbra e a Lisboa, se gerou e teve a sua sede no Porto. Tendo-se constituído à sombra da revista «A Águia» (Porto, 1910-1927), representou de certo modo o escol intelectual da Primeira República. O primeiro número desta revista saiu a lume, efectivamente, em Dezembro de 1910, isto é, imediatamente após a instauração do novo regime, e a sua publicação manteve-se com relativa regularidade até 1927, prosseguindo ainda, embora com largas intermitências, entre 1928 e 1932. Vê-se assim que «A Águia» sobreviveu mal ao golpe militar contra-revolucionário de 1926, e acabou mesmo antes que o fascismo se achasse institucionalizado através da Constituição de 1933.

Agregando intelectuais animados pelo sentido de uma revivescência pátria que a implantação da República tinha animado na consciência da burguesia e da classe média de um modo geral, a Renascença Portuguesa, desde a sua constituição em 1911, debateu-se em contradições intrínsecas que, latentes desde a

primeira hora, rapidamente haviam de gerar demarcadas correntes, a princípio apenas divergentes mas por fim frontalmente opostas.

Com a entrada do novo século, que coincide entre nós com o agravamento da crise das instituições monárquicas, francamente declarada a partir do Ultimato inglês (1890) e com o primeiro surto de proletarização industrial e urbana, às intenções e preocupações das anteriores revistas juntam-se outras mais predominantemente sociais e políticas. É o caso, em 1907, da «Nova Silva», órgão da nova geração (Jaime Cortesão, Leonardo Coimbra, Álvaro Pinto, Cláudio Basto), empenhada em empreender uma reforma profunda da mentalidade e da sociedade portuguesas, agora à luz de novas ideias sociais, pedagógicas e científicas.

Ao instaurar-se em 1910 o novo regime, não admira, portanto, que no Porto se gerasse um movimento aglutinador das aspirações já tão amplamente manifestadas pelos seus mais lúcidos e mais jovens intelectuais, no sentido de fornecer às novas instituições o sentido daquilo que hoje chamaríamos uma revolução cultural. É exactamente Jaime Cortesão quem nos testemunha, meio século volvido que o denominador comum que uniu os intelectuais representados no movimento da Renascença Portuguesa, de que era sócio n.º 1, foi, segundo as suas próprias palavras, «a necessidade, sentida por todos, de dar um conteúdo renovador e fecundo à revolução republicana.»<sup>31</sup>

Os objectivos da Renascença Portuguesa não se circunscreviam, de facto, à publicação mensal de uma revista. O seu fim era mais ambicioso: «promover a

maior cultura do povo português, por meio da conferência, do manifesto, da revista, do livro, da biblioteca, da escola, etc.». Foi este o objectivo expresso no artigo 2.º dos estatutos elaborados nas reuniões preparatórias que tiveram lugar não só no Porto como em Coimbra (27 de Agosto de 1911) e em Lisboa (17 de Setembro). Aquele estatuto previa que a sociedade seria formada por um número ilimitado de sócios, e fixada no Porto a sede social por ser aí que se publicava «A Águia», que a partir de Janeiro de 1912 passa a ser efectivamente o órgão oficial da «Renascença».

Na última daquelas reuniões preparatórias (Lisboa, Setembro de 1911), constituíram-se comissões com o fim de promover a propaganda dos objectivos da sociedade e de proceder à admissão de sócios, tanto no Porto como em Lisboa e em Coimbra.

Convertida assim numa sociedade intelectual de âmbito nacional, a Renascença Portuguesa confirmou o Porto como sede social. «A Águia» publicara-se anteriormente sob a direcção de Álvaro Pinto. Agora, com a revista adoptada como órgão da sociedade, Álvaro Pinto passa a desempenhar as funções de secretário da redacção, editor e administrador, sendo a direcção atribuída a um triunvirato com pelouros diferenciados: Teixeira de Pascoaes, director literário; António Carneiro, director artístico; e José de Magalhães, director científico. É com esta equipa que em Janeiro de 1912 começa a publicar-se a nova série de «A Águia». José de Magalhães, residente em Lisboa, é o único da equipa que não é portuense.

As comissões de apoio, por sua vez, se atestam por um lado a adesão de um largo âmbito de sectores intelectuais, por outro denotam desde logo uma certa

heterogeneidade de pensamento ou de ideologias. A do Porto, além dos nomes que encabeçavam a revista, integrava também: Guerra Junqueiro, Antero de Figueiredo, Augusto Martins, Cristiano de Carvalho, Jaime Cortesão, João Augusto Ribeiro e Leonardo Coimbra.

A de Coimbra era formada por: Afonso Duarte, António Joice, Correia Dias, Eugénio Sanches da Gama, Gustav Adolf Bergström, Martins Manso, Ribeiro Lopes e Augusto Casimiro.

Finalmente, a de Lisboa, se por um lado apresentava Afonso Lopes Vieira, António Correia de Oliveira, Francisco Fernandes Lopes, Mário Beirão e Elísio de Campos, por outro integrava homens que haviam de revelar-se com uma sólida personalidade racionalista como, além de Raúl Proença, António Sérgio, José de Magalhães, António Ferreira de Macedo, João de Barros e Luís da Câmara Reis.

Era desta heterogeneidade, acentuada em cada uma das três comissões, que havia de resultar uma permanente dialéctica de convergências e divergências, que fariam de «A Águia», ao longo da sua publicação, o cordão axial do movimento intelectual português durante a Primeira República. O interesse socio-cultural do movimento da «Renascença» consiste exactamente na coexistência inicial de tão opostas personalidades e na divergência dos caminhos que umas e outras acabaram por seguir. Na «Águia» se encontraram e desencontraram, com efeito, representantes de diferentes correntes filosóficas e nacionalistas — diferentes ideologias, digamos numa só palavra — que procuravam, através da criação literária e artística ou da investigação histórica e científica, encontrar as raízes e

as condicionantes da nacionalidade portuguesa, de modo a fazer reencontrar Portugal consigo próprio e a restituir aos Portugueses o sentimento do orgulho nacional. Isso traduzia-se, para uns, num sentimento de saudade e num desejo obscuro de retorno a um passado povoado de lendárias heroicidades. Constituíam a corrente tradicionalista dos saudosistas e sebastianistas. Para outros, animava-os a esperança no futuro e a capacidade realizativa assente na planificação e no desenvolvimento crítico dos Portugueses. Formavam a corrente oposta, de inspiração racionalista.

O movimento da Renascença Portuguesa incubava, desse modo, o germe das polémicas e divisões que desde cedo se manifestaram. Elas ficaram logo assinaladas nas reuniões de 1911 em Coimbra e em Lisboa, através de projectados manifestos que, no entanto, não chegaram a ser distribuídos ao público. Na de Coimbra, apresentou Teixeira de Pascoaes o seu projecto intitulado «Ao Povo Português», que sofreu alguns acrescentos antes de ser apresentado na reunião do mês seguinte em Lisboa. Foi na sequência desta que Raúl Proença, por seu turno, apresentou um diferente projecto com o título mais simples: «Ao Povo». Foi a falta de consenso à volta de qualquer destes projectos que impediu a saída do manifesto público da «Renascença». Aqueles projectos só a título de documentação histórica viriam a ser publicados três anos mais tarde, numa revista ainda da «Renascença», mas já sintomaticamente divergente <sup>32</sup>.

No projecto de Teixeira de Pascoaes, o movimento aparecia com o qualificativo não de *português* mas de *lusitano*. Este é um termo geralmente adoptado pelos tradicionalistas. Assim, segundo ele, a «Renascença

Lusitana» seria uma associação de indivíduos cheios de esperança e de fé na «Raça», na sua originalidade profunda, no poder criador de uma nova civilização. E o fim do movimento que empreendiam seria, conforme as suas próprias palavras, o de «combater as influências contrárias ao nosso carácter étnico, inimigos da nossa autonomia espiritual, e provocar, por todos os meios de que se serve e inteligência humana, o aparecimento de novas forças morais, orientadoras e educadoras do povo, *que sejam essencialmente lusitanas*» — acentuava ele — «para que a alma desta bela Raça ressurja com as qualidades que lhe pertencem por nascimento».

Para Teixeira de Pascoaes tratava-se, portanto, de reencontrar o que metafisicamente denominava a «alma portuguesa». A possibilidade desse reencontro entrevia a ele, herdeiro das aspirações redentoras dos propagandistas desde o «Ultimatum» inglês, no grande acontecimento histórico que foi a implantação da República. Interrogava-se confiadamente em tom patético: «Sonho belo, mas quimérico? Não! Descubrem-se já na alma da nossa Raça alvoroçantes sintomas de renascença. O seu esforço de 5 de Outubro foi o despontar da sua heroicidade que dir-se-ia morta para sempre; foi um *signal* de abnegação; houve vidas sacrificadas à Vida. A sombra de Nun'Alvares saiu do túmulo e vagueou nas ruas de Lisboa; sulcaram o Tejo fantasmas de caravelas em demanda da Índia Ideal, essa Índia que fica em pleno mar do nosso sonho.»

Era, como bem se vê, uma visão idealizada e fantasmagórica essa que Teixeira de Pascoais propunha como pretensa «interpretação» da simples mudança do regime. Era manifestamente o eco do verbalismo



romântico da «redenção da pátria» que os propagandistas da República tinham pregado durante uma vintena de anos.

Perante a frustração de sucessivas tentativas de reforma da vida portuguesa, tivesse sido a revolta do 31 de Janeiro ou o fracassado programa da «Vida Nova», fracasso que a designação de «Vencidos da Vida» passara a simbolizar, o poeta Teixeira de Pascoais não encontrou nesta hora de «renascença» outra via que não fosse a do irracionalismo para a revitalização de antigas energias. Uma essência metafísica, a *saudade*, seria para ele «a suprema criação sentimental da Raça». Este foi o pendor que procurou transmitir na direcção de «A Águia».

Bastante diversa, mesmo oposta, era a interpretação de Raúl Proença. Diferentes também as perspectivas que o mesmo fenómeno histórico, a implantação da República, lhe sugeria. No projectado manifesto, Proença expressava-se do seguinte modo: «A sociedade portuguesa, saída há pouco de uma revolução triunfante, que se efectivou em virtude de aspirações mais ou menos definidas e de esperanças mais ou menos fortes, encontra-se hoje numa situação única da sua história. Sente-se que é preciso desde já garantir o nosso futuro, dar uma alma nova à nossa nacionalidade, despertar acção e vida nesta experiência de modorra, fazer surgir enfim alguma coisa que nos alimente a esperança, móvel da revolução e fonte de toda a vida.»

À *saudade* de Pascoais, Proença opõe a *esperança*. Sem a esperança diz ele, «a revolução seria então um desânimo que viria justapor-se a milhares de desânimos anteriores, e não teríamos para legar aos nossos filhos senso a memória da nossa falência». É por isso,

continua Proença, que «urge concentrar num *bloco* de renascença nacional tudo o que há aí de esparso — todas as boas vontades que têm esbarrado com a indiferença, todas as iniciativas que se têm malogrado por falta de uma acção comum e persistente, todas as inteligências que se esterilizam no isolamento».

Se para Pascoais o esforço *renascentista* a empreender era todo subjectivo, em busca de uma metafísica «alma nacional», para Proença a tarefa não era transcendente mas imanente, pertencia ao domínio da prática social. Tratava-se de uma mobilização da vontade colectiva ou solidariedade, para a qual se impunha criar uma atmosfera nacional propícia que contribuisse para definir com clareza os objectivos a alcançar: «Se todos nós — afirmava Proença — esquecendo divergências de detalhe, divergências verbais a que o português costuma ligar uma importância absoluta, coisas mesmo essenciais sob outros pontos de vista, nos ligássemos como um só homem para a resolução dos problemas nacionais, com certeza que ainda alguma coisa poderíamos conseguir. É esta a nossa esperança: a solidariedade bem entendida.»

E prosseguia Proença: «Para isso contamos com uma atmosfera propícia da sociedade portuguesa. Certo que não existem aspirações nítidas, desejos concretos, e que um fim bem claro se não desenha ainda à actividade de todos nós. Mas o que existe incontestavelmente é uma aspiração esparsa, latente, em nebulosa, — uma *atmosfera*, como dissemos, um sentimento de mal estar que é a primeira condição de movimento, e um desejo de *alguma coisa* — não se sabe bem o quê — que nos incite, que nos impulse, que nos una, que nos salve.»

Era, esta, a expressão de uma vivência colectiva mas inefável, *Sentia-se* que a vida nacional não era saudável e que se impunha recuperar um equilíbrio perdido há muito. Era o sentido implícito já em Alexandre Herculano quando considerava a decadência portuguesa a partir do Renascimento, ou seja dos Descobrimentos. Era o sentido explícito das «Causas da Decadência Peninsular nos últimos três séculos» explicado por Antero de Quental nas Conferências Democráticas de 1871. Para Proença — empregando as suas próprias palavras — «a sociedade portuguesa, depois de três séculos de educação jesuítica, depois de um verdadeiro ensino de *esquecimento*, olvidou todas as energias vivas, todas as forças íntimas que a tinham posto outrora a par da civilização mundial.»

A partir deste reatamento de uma vincada tradição crítica nacional que se opunha ao obscurantismo da Contra-Reforma, Proença passa a denunciar os equívocos da mentalidade dominante no seu tempo: «A nossa educação moderna, mesmo a actual, apesar de todas as aparências, não tem feito mais que prolongar por impulso adquirido o movimento da Contra-Reforma, pensando muito a sério (estar a) colaborar com a civilização moderna». Daí que - prossegue ele — «as ideias que lá fora foram no seu momento *progressivas* tornaram-se aqui *inibitórias*, como afagos para a nossa passividade inata e para o nosso fatalismo hereditário. E o mal é tão grande, que até na linguagem, esse banal instrumento de uma época, nós estamos fora do nosso tempo: falamos uma linguagem política e social que já ninguém entende e que faria rir às gargalhadas o operário menos culto da França ou da Inglaterra. Daqui a nossa incapacidade — conclui Proença — para

resolvermos os problemas *novos* que se levantam no nosso caminho, porque não se resolvem problemas *novos* com uma mentalidade *antiga*.»

Eis aqui, pois, o problema nevrálgico da reforma das mentalidades que então se punha aos mais lúcidos e clarividentes pensadores portugueses do tempo da Primeira República, como quarenta anos antes se pusera aos organizadores dos Conferências Democráticas.

À cruzada da reforma mental dos Portugueses — ou pelo menos da sua elite intelectual — se dedicará também durante meio século a operosa e edificante actividade crítica de António Sérgio, que perpassa como raio de luz a ferir a longa noite fascista. E mesmo, ainda agora, na actual vigência da nossa Segunda República, continua a ser tarefa da maior actualidade e urgência.

Raul Proença, em 1911, depois de ter diagnosticado o mal, propunha o remédio: «Que fazer então? Pôr a sociedade portuguesa em contacto com o mundo moderno, fazê-la interessar pelo que interessa os homens lá de fora, dar-lhe o espírito actual, a cultura actual, sem perder nunca de vista, já se sabe, o ponto de vista nacional e as condições, os recursos e os *finis* nacionais. Temos de aplicar a nós mesmos, por nossa conta, esse espírito do nosso tempo, de que temos estado tão absolutamente alheados. Os problemas — continua ele — são variadíssimos: educativos, económicos, morais, literários, artísticos, financeiros, militares, coloniais». E segue-se a enumeração dos meios a utilizar nessa cruzada: «A escola, o livro, a revista, o panfleto, o manifesto, a conferência, a exposição, o inquérito, a viagem de informação e de estudo — tais são os meios que temos ao nosso alcance. Por eles deligenciaremos criar em Portugal estas duas

coisas absolutamente novas: uma elite consciente, uma *opinião pública* esclarecida.»

Por fim, o manifesto projectado por Raul Proença terminava por um apelo à mobilização para aqueles objectivos de «todas as pessoas úteis, sem distinção de classes», pois era sua convicção que «o progresso duma nação se faz mais pelo esforço individual do que pelas providências governativas». Era este o prejuízo individualista da solução proposta.

Neste enunciado de soluções preconizadas por Proença em 1911 notemos alguns aspectos que se nos afiguram significativos.

Em primeiro lugar: a criação em Portugal de «uma elite consciente» e de «uma *opinião pública* esclarecida» há-de ser o objectivo retomado por Sérgio em 1918 ao lançar a revista «Pela Grei». No seu cabeçalho poderá ler-se o lema: «Revista para o Ressurgimento Nacional pela formação e intervenção de Uma Opinião Pública Consciente». Em 1921, o mesmo objectivo aparecerá expresso no programa de lançamento da «Seara Nova»: «Renovar a mentalidade da elite portuguesa, tornando-a capaz de um verdadeiro movimento de salvação; criar uma opinião pública nacional que exija e apoie as reformas necessárias» (N.º 1). Aliás, este será o lema constante de toda a actividade cívica e pedagógica de António Sérgio.

Em segundo lugar, note-se que entre os problemas enumerados por Raul Proença — educativos, morais, literários, artísticos, financeiros, militares, coloniais — não aparece referido um outro que precisamente se revestia da maior acuidade: o problema ou questão social. A luta de classes encontrava-se em estado explosivo desde os últimos anos da Monarquia e

subsistia indiferentemente à mudança das instituições políticas. O ano de 1911 começara em Lisboa com uma manifestação pública contra as greves organizada pela Carbonária, o que não obstou ao alargamento do surto grevista, que no ano seguinte iria atingir o auge com autênticas batalhas campais na zona de Lisboa e por todo o Alentejo, sobretudo nas áreas de Évora e Setúbal, como tentativa das forças repressivas para abafar as reivindicações dos trabalhadores da indústria e do campo. À sombra da lei marcial serão presos mais de um milhar de operários e será encerrada em Lisboa a Casa Sindical.

Herdeiro da mística nacionalista enunciada desde o Ultimato inglês de 1890, Proença não esquece, porém, entre os múltiplos problemas que aponta, aquele vinha sendo desde há séculos o problema central do país: o problema colonial. Mas não encara, insiste-se, a questão social.

Entre os intelectuais da Renascença Portuguesa não se explicita essa questão, mesmo considerando os divergentes caminhos que então já esboçavam. Tudo leva a crer, pelo contrário, que uns e outros procuravam escamoteá-la, transferindo as preocupações da *élite* e da *opinião pública* para regiões de carácter meramente intelectual. Fiéis à tradição pequeno-burguesa que dominara a corrente republicana, rejeitavam a luta de classes e restringiam a sua intervenção à preconizada reforma da mentalidade nacional, o que aliás já se revestia de um cunho fortemente progressivo face ao obscurantismo tradicionalista ainda predominante.

Por fim, note-se ainda, nesta divergência de programas manifesta nos projectos de Teixeira de Pascoaes e de Raul Proença, que a despeito das

evidentes discordâncias ideológicas um e outro se socorrem, não obstante, de conceitos metafísicos. Enquanto Pascoaes não se cansará jamais de falar numa «alma nacional» e na essência dela, que na sua imaginação seria a «saudade», Proença emprega expressões não menos vazias de conteúdo objectivo, tais como «a nossa passividade inata» e «o nosso fatalismo hereditário». Que fundamentação científica avaliza ou alguma vez avalizou estas expressões meramente verbais?

Deixando à margem a questão social, que agitava fortemente o país, os homens da Renascença Portuguesa procuravam sobretudo dar à República um programa de conteúdo intelectual, um projecto de reforma mental; mas, mesmo nos melhores casos, como se verifica em Raul Proença, buscavam esse objectivo ainda através de conceitos por vezes nebulosos, mal definidos e que só parcialmente se adequavam à complexa realidade nacional.

Foi a partir das divergências latentes desde a formação da Renascença Portuguesa que se verificaram, ora nas colunas do seu órgão, «A Águia», ora fora delas, as polémicas e buscas de novos caminhos. A breve trecho, essas discordâncias polarizam-se em duas posições antitéticas: de um lado, a corrente do nacionalismo tradicionalista, virada para o passado e adoptando o saudosismo como uma espécie de seu alento espiritual; do outro lado, a corrente racionalista, mas com preocupações predominantemente prospectivas, isto é, viradas para um futuro diferente do passado, um futuro a construir pela transformação da sociedade portuguesa.

Estas duas posições vão adquirindo a sua expressão pública entre 1912 e 1914 e acabam por se diferenciar e distanciar cada vez mais nos anos subsequentes.

Podemos assinalar, entre outros, os seguintes acontecimentos modeladores daquela bipolarização:

- 1) — A criação e o funcionamento da Universidade Popular do Porto, sob o impulso de Jaime Cortesão, que nessa altura dirige o quinzenário «A Vida Portuguesa» (Porto, 1912-1915);
- 2) — A bifurcação, a partir de 1914, das publicações, ambas nacionalistas, mas em campos ideológicos decisivamente demarcados, que foram a «Nação Portuguesa», órgão do Integralismo Lusitano, dirigida inicialmente por Alberto de Monsaraz (Coimbra, 1914), e mais tarde por António Sardinha (Lisboa, 1922); e as revistas «Pela Grei» (Lisboa, 1918-1919) dirigida por António Sérgio, e a «Seara Nova», fundada em Lisboa no ano de 1921, com Aquilino Ribeiro, Jaime Cortesão, Raul Proença e outros a constituir o seu inicial elenco directivo;
- 3) — As polémicas encetadas por António Sérgio, desde as *Epístolas aos Saudosistas* («A Águia», 1913) à *Tréplica a Carlos Malheiro Dias sobre a questão de O Desejado* (Lisboa, 1925) e ao *Seiscentismo* (Lisboa, 1926).

Registe-se, por outro lado, que é no decurso desta evolução que o eixo das actividades culturais se vai deslocando gradualmente do Porto para Lisboa.



Na escala do tempo político, as duas posições projectar-se-ão mesmo após o termo da 1.<sup>a</sup> República (1926). Com efeito, a ditadura subsequente ao golpe do 28 de Maio irá disfarçar os seus objectivos valendo-se do nacionalismo tradicionalista como conteúdo ideológico da nova situação político-militar. É nesse contexto que o Integralismo Lusitano, de que aliás Teixeira de Pascoaes se divorcia, se identifica nos primeiros tempos com o fascismo português. Por sua vez a corrente do nacionalismo racionalista, que dois meses antes do 28 de Maio promove em Portugal uma semana antifascista, vai depois constituir o esteio ideológico da firme e persistente oposição ao fascismo e a todas as formas de obscurantismo e de dogmatismo. Nesta luta se consumiram até ao fim da vida, deixando a lição do seu exemplo às gerações mais novas, homens que participaram na fundação da Renascença Portuguesa, como Jaime Cortesão, António Sérgio e Raul Proença, entre outros.

## ANTÓNIO SÉRGIO

O ano de 1914, que foi também o do início da Primeira Grande Guerra, aparece nesta perspectiva como se fosse um epicentro à volta do qual vão surgir as divergências no movimento da Renascença Portuguesa. Enquanto em «A Águia» o seu director, Teixeira de Pascoaes, defendeu no decurso do ano anterior o *saudosismo* como entidade metafísica específica de uma pretendida característica nacional, António Sérgio, logo na mesma revista, publicou as *Epístolas aos saudosistas* em oposição a este tipo de fugas a uma correcta interpretação da realidade nacional.

Ainda em 1914, surge em Coimbra a «Nação Portuguesa» como órgão do Integralismo Lusitano, de que foi mentor um colaborador de «Águia», António Sardinha, enquanto outro colaborador da mesma revista, Basílio Teles, inicia no Porto a publicação da «Alma Nacional». Por sua vez, dos sectores mais activos da população portuguesa, enriquecidos já por uma experiência de luta de classes e de organização sindical, emerge «A União Operária», quinzenário de pequena duração, mas órgão já da União Operária

Nacional então constituída, primeiro assomo da unidade sindical da classe trabalhadora portuguesa.

Quanto ao espírito nacionalista, esse subsiste nas diferentes correntes sócio-culturais que se vão dissociando. Está bem patente nos próprios títulos das revistas, seja a integralista «Nação Portuguesa», seja a republicana «Alma Portuguesa». O mesmo espírito irá fornecer o acento tónico à revista também dissidente «Pela Grei», lançada por Sérgio em 1918, cujo lema atrás apontado, porém, é expressivamente significativo: «para o ressurgimento nacional pela formação e intervenção de uma opinião pública consciente».

É a partir da dissidência no seio da Renascença Portuguesa, sociedade proprietária da revista «A Águia», que António Sérgio dirige a estrutura do seu pensamento reformador no domínio sócio-pedagógico, assente na busca de uma interpretação sociológica da história de Portugal. Sérgio, de resto, não está só nesse esforço, embora se avante aos demais.

Ele frequenta a Biblioteca Nacional, que então agrega um verdadeiro escol de intelectuais, com Jaime Cortesão, seu director desde 1919, e Raul Proença, conservador desde 1911, recentemente elevado a chefe de serviços e incumbido (1918) por Leonardo Coimbra, então ministro da Instrução, de elaborar as «Regras de Catalogação» que haviam de vigorar em todas as bibliotecas do país. Contrariando as correntes decadentistas do *saudosismo* e do *sebastianismo*, este conjunto de intelectuais activos e intervenientes, que se tornou conhecido por «Grupo da Biblioteca», actuou como alavanca impulsora de várias iniciativas culturais e políticas, entre as quais se destacam: «Anais das Bibliotecas e Arquivos» (1920-1923); «Seara Nova»

(1921); e a revista de estudos portugueses «Lusitânia» (1924-1927) com Sérgio e Carolina Michaëlis à frente; o «Guia de Portugal» de Raul Proença, dois primeiros volumes (1924-1927); a promoção de uma semana antifascista em 1926, antes do 28 de Maio; e, finalmente, a participação na junta revolucionária que levou a efeito a primeira tentativa militar de restauração da democracia, a 3 de Fevereiro de 1927, em virtude de cujo fracasso os componentes do grupo, incluindo Sarmento de Beires, tiveram que se exilar.

Assim, desde as *Considerações histórico-pedagógicas* (1915) ao *Bosquejo da História de Portugal* (1923), passando pela *Interpretação não romântica do Sebastianismo* (1917) e por *O Ensino como factor do ressurgimento nacional* (1923), temos aí todo o pensamento de Sérgio maduramente elaborado, que o credenciou para a pasta de ministro da Instrução que foi chamado a desempenhar, em Dezembro de 1923, no Governo de Álvaro de Castro.

Depois da sua falaz experiência governativa de dois meses e até ao exílio político a partir de 1927, o seu pensamento, sempre na mesma linha renovadora, alcança novos desenvolvimentos de crítica, de hipóteses interrogativas e de propósitos reformadores nos seguintes escritos: «Carta-prefácio a Carlos Malheiro Dias» (in *O Desejado*, 1924); prefácio à edição dos *Dispersos* de Oliveira Martins, 1924; «Tréplica a Carlos Malheiros Dias sobre a questão de *O Desejado* 1925; *As duas políticas nacionais*, 1925; *Camões panfletário (Camões e Dom Sebastião)*, 1925; *O Seiscentismo*, 1926; *O Reino Cadaveroso ou O Problema da Cultura em Portugal*, 1926; e *O Clássico na educação e o problema do latim*, 1926.

Finalmente, é já durante o exílio em Paris que aparece, em 1929, publicada pela editora espanhola

Labor, de Barcelona, a grande síntese do pensamento nacionalista do sociólogo e crítico António Sérgio: a *História de Portugal*.

É, sem dúvida, a síntese de um conceito sócio-económico da história portuguesa, que foi elaborando desde 1915 e prosseguiu mais tarde, entre 1941 e 1945, em sucessivos trabalhos além dos anteriormente mencionados: *A Conquista de Ceuta*, 1919; *Antologia dos Economistas Portugueses — I*, 1924; *Introdução geográfico-sociológica à História de Portugal*, 1941; *Em torno da Designação de «Monarquia Agrária» dada à primeira Época da nossa História*, 1941; e *Prefácio à Crónica de D. João I*, 1945.

Fugindo à enumeração de nomes de importância secundária e de acontecimentos de menor valor, procurou, sobretudo na *História de Portugal*, apresentar um esquema da evolução do país e dos seus grandes problemas nacionais.

Em todo este período de cerca de sessenta anos há uma preocupação comum que domina a actividade intelectual dos nossos investigadores. É a busca de um ideal de «Vida Nova», que fracassou no programa governativo de Oliveira Martins, dando então lugar, no final do século XIX, ao grupo dos «Vencidos da Vida» que é a designação consagrada dos «Vencidos da Vida... Nova». *Vida Nova* foi também o lema que António Sérgio enunciou no seu exílio como elemento da junta directiva da Liga de Defesa da República, que então se opôs, a partir de Paris, à instauração da ditadura militar em Portugal: «Queremos» — afirma num manifesto de 1927 — «que se lancem as «verdadeiras bases de uma Vida Nova»<sup>33</sup>. Numa posição muitas vezes oposta e muitas vezes afim à de Oliveira Martins assim como à de Antero de Quental,

António Sérgio <sup>34</sup> bebeu neles e em Adolfo Coelho a inspiração para muitos temas da sua reflexão sociológica. Isso dá um sentido muito característico a este período das ciências sociais em Portugal <sup>35</sup>.

Toda esta riqueza sócio-cultural se estiolou a partir do referido ano de 1929. Não nos esqueçamos que a *História de Portugal* de António Sérgio já então foi publicada no estrangeiro e proibida de circular em território nacional, enquanto o próprio autor experimentava o exílio político, fixado em Paris desde 1927 nas vésperas da primeira tentativa, frustrada, da restauração em Portugal do sistema democrático eliminado pelo golpe militar de 28 de Maio de 1926.

Pode dizer-se que, desde então, nem história sociológica, nem sociologia, nem ideologias, nem de um modo geral os ramos mais vivos das Ciências Sociais, puderam mais ter durante dezenas de anos livre curso no espaço cultural português. Daí que o estudo das Ciências Sociais represente agora autêntico reatar de uma das mais ricas e fecundas tradições da história recente da nossa cultura.

A libertação nacional do 25 de Abril trouxe consigo, portanto, neste domínio das Ciências Sociais, o retomar de uma tradição cultural interrompida há meio século. Interessa agora procurar através dos guias seguros da linha nacionalista, não seguindo-os cegamente mas criticamente, como é óbvio, equacionar de novo os problemas autênticos da nossa sociedade e das nossas tradições culturais, porém reavivados pelo novo condicionalismo da nacionalidade portuguesa: a descolonização e o conseqüente retorno de Portugal às suas raízes. Será a partir desta situação, agora irreversível, que, por certo, teremos que voltar a equacionar o ideal anteriormente frustrado da *Vida Nova*.

## NOTAS

<sup>1</sup> Humberto Carlos Baquero Moreno, *Um aspecto da política cultural de D. Afonso V: a concessão de bolsas de estudo*, Lourenço Marques, 1970.

<sup>2</sup> Além do seu interesse histórico e geográfico, esta obra documenta também vocação etnográfica ao descrever com minúcia e objectividade, e mesmo com profunda compreensão humanística, o tipo de vida dos Índios encontrados ainda no estado da idade da pedra: «Muitos deles vinham ali estar com os carpinteiros e creio que o faziam mais para verem a ferramenta com que a faziam, do que para verem a cruz, porque eles não têm coisa que de ferro seja, e cortam sua madeira e paus com pedras feitas como cunhas, metidas em um pau, entre duas talas mui bem atadas».

<sup>3</sup> António Salgado Júnior, prefácio ao vol. IV de Luís António Verney, *Verdadeiro Método de Estudar*. Coleção de Clássicos Sá da Costa, Lisboa, 1952, pp. XXIX-XXXVIII.

<sup>4</sup> Victor de Sá, *A Crise do Liberalismo*, capítulo sobre Alexandre Herculano, ed. Seara Nova, Lisboa, 1974.

<sup>5</sup> Joaquim Barradas de Carvalho, *Para uma Explicação de Portugal*, in «Nação e Defesa» n.º 0, Lisboa, Abril, 1976.

<sup>6</sup> Idem, p. 46.

<sup>7</sup> Significativamente datado de Dezembro de 1852, mês em que Luís Napoleão Bonaparte deu em França o célebre golpe de Estado do 2 de Dezembro, na sequência do qual a reacção levantou cabeça por toda a Europa.

<sup>8</sup> Ocupámo-nos destes autores e destas correntes ideológicas noutros trabalhos: *A Crise do Liberalismo e as primeiras manifestações das*

*ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, 2.<sup>a</sup> ed., Seara Nova, Lisboa, 1974; e *Perspectivas do Século XIX*, 2.<sup>a</sup> ed., Limiar, Porto, 1976.

<sup>9</sup> Victor de Sá, *Amorim Viana e Proudhon*, Lisboa, 1960. Petrus, *Proudhon e a cultura portuguesa*, I, Porto, 1966.

<sup>10</sup> Victor de Sá, *Amorim Viana. Ensaio Bio-Bibliográfico*, Figueira da Foz, 1960.

<sup>11</sup> *In «Vimaranense»*, Guimarães, 26-V-1871.

<sup>12</sup> *In «A Península»*, Julho, 1852.

<sup>13</sup> *In Prosas*, vol. II, ed. Couto Martins, Lisboa, p. 101.

<sup>14</sup> *Idem*, p. 133.

<sup>15</sup> *Idem*, p. 113.

<sup>16</sup> Rogério Fernandes, *As ideias pedagógicas de F. Adolfo Coelho*, Instituto Gulbenkian da Ciência, Lisboa, 1973, p. 53. Obra substancial, ainda que por vezes difusa, merecia ser complementada com a publicação integral dos textos dispersos e esquecidos de Adolfo Coelho, que este autor, aliás, preparava quando quase subitamente faleceu, sem que até hoje, embora várias vezes sugerido, algum editor ou organismo científico tenha retomado a tarefa. Hoje, ninguém melhor que Rogério Fernandes para se encarregar da recolha desse precioso património da cultura portuguesa, aliás como já aconteceu com a publicação da obra de A. Coelho, *Para a história da instrução popular*, editada em 1973 pelo mesmo Instituto Gulbenkian da Ciência.

<sup>17</sup> *A Questão do Ensino — Conferência Pública feita no Casino Lisbonense*, Livraria Internacional, Porto-Braga, 1872, p. 39 (*apud* Rogério Fernandes, *op. cit.*, p. 90.)

<sup>18</sup> *Idem*, p. 40 (*apud* Rog. Fern. *op. cit.*, p. 92.)

<sup>19</sup> Sobre a importância deste género ver: M. Viegas Guerreiro, *Guia de Recolha de Literatura Popular*, Lisboa, 1976.

<sup>20</sup> Em 1910 Adolfo Coelho dirá de Carolina Michaëlis que ela é «a verdadeira fundadora da história científica da literatura portuguesa» (*in Alexandre Herculano e o ensino público*, p. 218, *apud* Rogério Fernandes, *op. cit.*, p. 144.)

<sup>21</sup> «Algumas palavras sobre a nossa vida nacional» *in* «Jornal do Comércio», 1882 (*apud* Rog. Fern., *op. cit.*, p. 193.)

<sup>22</sup> P. 58 (*apud* Rog. Fern., *op. cit.*, p. 290).

<sup>23</sup> «Esboço de um programa para o estudo antropológico, patológico e demográfico do povo português», p. 3 (*apud* Rogério Fernandes, *op. cit.*, p. 480.)

<sup>24</sup> *In* «Algumas palavras sobre a nossa vida nacional» («Jornal de Comércio», 1882, *apud* Rogério Fernandes, *op. cit.*, p. 192.)



<sup>25</sup> *Op. cit.*, p. 494.

<sup>26</sup> *Op. cit.*, p. 452, em nota.

<sup>27</sup> Albert Silbert, *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*. Livros Horizonte, Lisboa, 1973, p. 236.

<sup>28</sup> A palavra sociologia só verdadeiramente começa a ser empregada em Portugal no ano de 1884, quando Teófilo Braga, na esteira de Auguste Comte, lança o *Sistema de Sociologia*. Mas neste mesmo ano Antero, referindo-se exactamente a Oliveira Martins, emprega o termo *sociologista* (in «Revue Universelle et Internationale», Paris), por não vigorar ainda entre nós outro com significação mais precisa, como depois passou a ser o de sociólogo. E em 1902 ainda Teófilo emprega o mesmo termo «sociologista» no v. IV da *História da Universidade* (p. ex. p. 215).

<sup>29</sup> Rosa Peixoto, *Obras*, 3 vols., Câmara Municipal da Póvoa do Varzim, 1967-1975.

<sup>30</sup> Adriano de Gusmão, *Nuno Gonçalves*, Lisboa, 1957.

<sup>31</sup> In «O Infante de Sagres», Porto, 1960, p. 15.

<sup>32</sup> «A Vida Portuguesa», Porto, 10-II-1914, pp. 10-12.

<sup>33</sup> A. H. de Oliveira Marques, *A Liga de Paris e a Ditadura Militar (1927-1928)*, P.E.A., Lisboa, 1976, p. 156.

<sup>34</sup> Sobre António Sérgio é fundamental a leitura da penetrante análise de crítica ideológica: Vasco de Magalhães-Vilhena, *António Sérgio, o Idealismo Crítico e a Crise da Ideologia Burguesa*, Lisboa, Cosmos, 1975. Importante também como guia a *Bibliografia de António Sérgio*, paciente e criteriosamente elaborada pelo seu admirador A. Campos Matos.

<sup>35</sup> Sobre António Sérgio está previsto que preparemos para esta Biblioteca Breve um outro volume, no qual desenvolveremos os aspectos historiográficos da sua obra.

## BIBLIOGRAFIA

### A) FONTES

- ACENHEIRO, Christovam Rodrigues, *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, Colecção de Livros Inéditos de História Portuguesa, t. V.
- ÁLVARES, P<sup>e</sup> Francisco, *Ho Preste Joam das Indias. Verdadeira Informaçam das Terras do Preste Joam*, Lisboa, Luís Rodriguez livreiro de sua alteza, 1540.
- ÁLVARES, P<sup>e</sup> Manuel, *Institutione (De) Grammatica libri tres*, Ollyssipone, excudebat Joannes Barrerius, 1572.
- ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 11 vols., 1908-1948.
- ANÓNIMO, *Jornal Anónimo da Viagem de Cabral ao Brasil e à Índia, 1500*, Colecção para a História e Geografia das Nações Ultramarinas, vol. II.
- AVEIRO, Fr. Pantaleão de, *Itinerário da Terra Santa e suas Particularidades, Offerecido a Jesu Crucificado, 1566*, 4.<sup>a</sup> ed., na Officina de Joam Galram, Lisboa, 1685.
- AYALA, José de Aldama, *Compêndio Geográfico-estadístico de Portugal y sus posesiones ultramarinas*, Imprenta de la Viuda de D. António Yenes, Madrid, 1855.
- AZEVEDO, J. Lúcio de, *Épocas de Portugal Económico*, 1928; 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1974.

- BAÇAL, Abade de, (Ver ALVES, Francisco Manuel).
- BALBI, Adrien, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, 2 vols. Paris, Chez Rey et Gramier, 1822.
- BARBOSA, Duarte, *Livro de...*, 1516, 1.<sup>a</sup> ed., Madrid, 1563; 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, 1821.
- BARROS, João de, *Ásia*, ed. António Baião, Coimbra, 1932. *Diálogo em Louvor da nossa linguagem* (no qual são interlocutores Barros e um seu filho) — *Cartinha para aprender a ler*, Casa de Luís Rodrigues Livreiro, com Privilégio Real, aos 20 de Dezembro de 1539; *Gramática da Língua Portuguesa*, Olyssipone, Apud Ludovicum Rotorigiū Typographum, 1540.
- BLUTEAU, Rafael, *Vocabulário Português e Latino*, 1712-1728, Coimbra, no Collegio das Artes da C.<sup>a</sup> de Jesus. 8 vols.; *Supplemento ao Vocabulário Português e Latino que acabou de sahir à luz Anno de 1721*, Lisboa, na officina de José António da Silva, 1727.
- BRAGA, Teófilo, *Alma Portuguesa, selecção de poesias líricas*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1893; *Arcádia Lusitana*, Porto, Livraria Chardron, 1899; *Cancioneiro Popular colligido da tradição oral*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867; *Cancioneiro (O) Portuguez da Vaticana e suas relações com outros cancioneros dos séculos XIII e XIV*, separata da revista alemã «Zeitschrifte für romanische litteratur», 1878; *Contos Tradicionais do Povo Português, com um estudo sobre a novelística geral e notas comparativas*, 2 vols., Typ. Elzeveriana, s/d.; *História da Litteratura Portugueza. Introdução*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1870; *História da Litteratura Portugueza II*, Porto, Renascença, 1914; *História da Poesia Popular Portugueza*, Porto, Typografia Lusitana, 1876; *História do Theatro Portuguez*, 4 vols., Porto, Imprensa Portuguesa, 1870-1871; *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portugueza*, 4 vols., Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1892-1895; *Povo (O) Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, 2 vols., Coimbra,

- Imprensa da Universidade, 1885; *Romanceiro (O) Geral. Colligido da tradição portuguesa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867; *Sistema de Sociologia*, Lisboa, Typ. de Castro Irmão, 1884.
- BRITO, Bernardo Gomes de, *História Trágico-Marítima, 1735-1736*, ed. Damião Peres, Porto, 1942-1943; ed. Afrodite, 2 vols., Lisboa, 1972.
- CAMINHA, Pero Vaz de, *Carta ao Rei Manuel, 1500*, ed. Jaime Cortesão, Lisboa, Portugália Editora, 1967.
- CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, 1572, ed. Comemorativa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1972.
- CAMPOS, Ezequiel de, *Conservação (A) da Riqueza Nacional. A Grei — Os Mineraes — A Terra — As Matas — Os Rios*, Porto, Tip. de A. J. da Silva Teixeira Suc., 1913; *Evolução (A) e a Revolução Agrária*, 1918; *Grei (A) — Subsídios para a Demografia Portuguesa*, 1915; *Proposta de Lei de Organização Rural*, Porto, Renascença Portuguesa, 1925; *Utilização dos Terrenos Incultos* (Projecto de Lei de utilização dos terrenos incultos apresentado à Assembleia Nacional Constituinte na sessão de 27 de Julho de 1911), Tip. da Livraria Ferin.
- CARQUEJA, Bento, *Capitalismo (O) Moderno e as suas Origens em Portugal*, Porto, Livraria Chardron, 1908; *O Povo Português*, Porto, Livraria Chardron, 1916; 2.ª ed.: *Portugal após a Guerra*, Porto, 1920, Livraria Chardron; *Futuro (O) de Portugal. Questões Económico-Sociais*, Porto, Typ. do Commercio do Porto, José Bastos edit., 1900.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista do Índia pelos Portugueses, 1551-1561*, 3.ª ed. Pedro de Azevedo e Laranjô Coelho, 4 vols., Coimbra, 1924-1933.
- CASTRO, D. João de, *Roteiro de Lisboa a Goa*, 1538, ed. A. Fontoura da Costa, Lisboa, 1939-1940; *Roteiro de Goa a Diu*, 1539, id.; *Roteiro de Goa a Suez ou do Mar Roxo*, 1541, id.; *Tratado da Sphaera*, 1545, id.;

- COELHO, F. Adolfo, *Contos Populares Portugueses*, Lisboa, P. Plantier, Ed., 1879; *Cultura e Analfabetismo*, pref. de António Sérgio, Porto, Renascença Portuguesa, 1916; *História (Para a) da Instrução Popular*, pref. de L. Saavedra Machado, introd. e notas de Rogério Fernandes, Lisboa, Instituto Gulbenkian da Ciência, 1973; *Instrução (A) do Povo em Portugal*, 1882, in *Trabalhos Complementares do Primeiro Congresso das Associações Portuguesas...*, Lisboa, 1883; *Língua (A) Portuguesa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1968; *Noções de Literatura Antiga e Medieval como Introdução à Literatura Portuguesa*, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz, 1881; *Questão (A) do Ensino — Conferência Pública feita no Casino Lisbonense*, em 17 de Junho de 1871, Porto-Braga, Livraria Internacional, [1872]; *Questões Pedagógicas, II — O plano geral do ensino público*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1912.
- COLLECÇÃO de *Documentos e Memórias da Academia Real de História Portuguesa, que nos annos de 1721 a 1736 se compuzeram e se imprimiram por ordem de seus censores. Dedicada a El-Rei Nosso Senhor*, 15 tomos, Lisboa, 1721-1736.
- CONSTÂNCIO, Francisco Solano, *Novo Dicionário Crítico e Etimológico do Língua Portuguesa*, Paris, Ângelo Francisco Carneiro, 1836.
- CORREIA, Francisco António, *História Económica de Portugal*, 2 vols., Lisboa, Tip. do Empresa Nacional de Publicidade, 1929-1931.
- CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, 1561, ed. Academia das Ciências, 8 vols., Lisboa, 1860-1931.
- CORTESÃO, Jaime, *Cancioneiro Popular*, Porto, Renascença Portuguesa, 1914; *Cantigas do Povo para as Escolas*, id.; *Expedição (A) de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimto do Brasil*, Lisboa, Aillaud e Bertrand, 1922; *Factores (Os) Democráticos na Formação de Portugal*, in *História do Regimen Republicano em Portugal*, I, Lisboa,

- MCMXXX; 2.<sup>a</sup> ed., pref. Prof. Dr. Vitorino Magalhães Godinho, Lisboa, Livros Horizonte, 1974.
- COUTO, Diogo do, *Década V*, Coimbra, Biblioteca da Universidade, 1936.
- CRUZ, Gaspar, *Tratado em que contam muito por extenso as cousas da China, com suas particularidades, e assim do Reino de Ormuz*, Évora, 1570; 2.<sup>a</sup> ed., Évora, 1829.
- ESSAI STATISTIQUE SUR LE PORTUGAL, Bordeaux, 1810.
- FARIA, Eduardo de, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> ed., 4 vols., Lisboa, Typographia Lisbonense, 1850-1853.
- FERNANDES, Valentim, *Descripçam de Cepta por su Costa da Mauritània e Ethiopia*, 1506, ed. António Baião, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940.
- FIGUEIREDO, Alphonse de, *Portugal (Le). Considérations sur l'état de l'administration, des finances, de l'industrie et du commerce de ce royaume et de ses colonies*, Lisbonne, Lallemand Frères, 1873.
- FREITAS, J. J. Rodrigues de, *Notice sur le Portugal*, Paris, Impr. P. Dupont, 1867.
- GÂNDAVO, Pedro de Magalhães, *História da Província de Santa Cruz*, 1576, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1858; *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever a Ortografia Portuguesa com um Diálogo que adiante se segue em Defensam da mesma Língua*, Lisboa, por António Gonçalves, 1574; *Tratado da Província do Brasil*, 1569, Lisboa, Academia das Ciências, 1826.
- GARRETT, Almeida, *Obras*, 2 vols., Porto, Lello & Irmão, 1966.
- GOIS, Damião de, *Cronica do Felicissimo Rey Dom Manuel*, 1566-67, ed. J. M. Teixeira de Carvalho e David Lopes, 2 vols., Coimbra, 1926; *Crónica do Príncipe Dom João o Segundo de Nome*, 1567, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1905.

- HEBREU, Leão [Judah Abarbanel], *Dialoghi di Amore*, Roma, 1535; *Diálogos de Amor*, trad. e notas de Reis Brasil, Lisboa, Livraria Portugal, 1968.
- HERCULANO, Alexandre, *História do Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, 3 vols. (1554-1559), Lisboa, Livraria Bertrand, s/d; *História de Portugal*, 8 vols. (1846-1853), 8.ª ed., Paris-Lisboa, Livrarias Aillaud & Bertrand, s/d; *Lendas e Narrativas* (1851), 2 vols., 26.ª ed., Lisboa, Livraria Bertrand, s/d; *Opúsculos*, 10 vols., Lisboa, 4.ª ed., Tavares Cardoso & Irmão, 1897; Antiga Casa Bertrand, José Bastos & C.ª, 1908; *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores*, vol. I, Lisboa, *Diplomata et Chartae*, vol. I, Lisboa, 1867; *Inquisitiones*, vol. I, Lisboa, 1888-1917; *Leges et Consuetudines*, vol. I, Lisboa, 1856.
- HOLANDA, Francisco de, *Fábrica (Da) que Falece à Cidade de Lisboa e Da Ciência do Desenho*, 1879 (in Academia Real das Ciências); *Pintura (Da) Antiga*, 2 vols., Porto, Renascença Portuguesa, 1918.
- LEÃO, Duarte Nunes de, *Origem da Língua Portuguesa, dirigida a El-Rei D. Filippe II de Portugal*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1606; *Orthographia da Lingoa Portuguesa. Obra útil e necessária, assi para bem screver a lingoa hespanhola como a latina e quaesquer outras que da latina têm origem*, Lisboa, João Barreira, 1576.
- LIMA, J. Lopes de, *Ensaio sobre Estatística*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844.
- LOBO, A. de Sousa da Silva Costa, *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903.
- LOPES, Tomé, *Jornal da Segunda Viagem de Vasco da Gama à Índia*, 1502, ed. da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1812, 2.ª ed., 1867.
- MACHADO, Diogo Barbosa, *Biblioteca Lusitana*, 4 t., 1741-1759, Coimbra, Atlântida Editora, 1965.
- MARTINS, J. P. Oliveira, *Brasil (O) e as Colónias Portuguesas*, 1880, 6.ª ed., Lisboa, Guimarães & C.ª,

- 1953; *Elementos de Antropologia*, 1880, 7.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Guimarães & C.<sup>a</sup>, 1954; *História da Civilização Ibérica*, 1879, 9.<sup>a</sup> ed. Prof. Dr. Fidelino de Figueiredo, Lisboa, Guimarães & C.<sup>a</sup>, 1954; *História de Portugal*, 2 vols., 1879, ed. anotada J. Franco Machado, Lisboa, Guimarães & C.<sup>a</sup>, 1951; *História da República Romana*, 3 vols., 1885, Lisboa, Guimarães & C.<sup>a</sup>, 1952; *Portugal em África*, 1891, 2.<sup>a</sup> ed., pref. de José Gonçalo de Santa-Rita, Lisboa, Guimarães & C.<sup>a</sup>, 1953; *Portugal Contemporâneo*, 3 vols., 1881, 7.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Guimarães & C.<sup>a</sup>, 1953; *Quadro das Instituições Primitivas*, 1883, 5.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Guimarães & C.<sup>a</sup>, 1953; *Raças (As) Humanas e a Civilização Primitiva*, 1881, 5.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Guimarães & C.<sup>a</sup>, 1955; *Regime das Riquezas*, 1883, 4.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Guimarães & C.<sup>a</sup>, 1955; *Sistema dos Mitos Religiosos*, 1882, 3.<sup>a</sup> ed., Prof. Dr. José Marinho, Lisboa, Guimarães & C.<sup>a</sup>, 1953.
- MENDONÇA, Martinho de Pina e Proença, *Apontamentos para a Educação de um Menino Pobre, que para uso particular fazia*, etc., Lisboa, por José António da Silva, 1734; Porto, por Francisco Mendes Lima, 1761.
- MEMÓRIAS *de Literatura Portuguesa publicadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa*, na Officina da mesma Academia, 9 tomos, 1792-1814.
- NEVES, José Accursio das, *Varietades sobre Objectos Relativos às Artes, Commercio e Manufacturas consideradas segundo os princípios da Economia Política*, 2 vols., Lisboa, Impressão Régia, 1814-1817.
- NUNES, Pedro, *Tratado da Esfera e Tábuas do Sol*, Impressão por J. Rudin, 1537.
- OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de, *O Sumário de Lisboa*, Lisboa, casa de Germão Galharde Impremidor del Rei Nosso Senhor, 1551.
- OLIVEIRA, Fernão de, *Gramática da Linguagem Portuguesa*, Mem. da Typ. Portugueza, 1536.



- ORTA, Garcia d', *Colóquios dos Simples e Drogas e Cousas Medicinaiis da India...*, Impresso em Goa por Ioannes de endem a 10 de Abril de 1563.
- PEDRO, D., *De Officiis (Livro dos Offícios)*, trad. de Cícero, ed. Joseph Piel, Coimbra, 1948.
- PEIXOTO, Rocha, *Obras*, 3 vols., Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1967-1975.
- PEREIRA, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de Situ Orbis*, 1505-1508, 3.<sup>a</sup> ed., Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1954.
- PEREIRA, Galeote, *Tratado sobre a China do Sul*, Veneza, 1565; 2.<sup>a</sup> ed., Londres, 1577.
- PERY, Gerardo, *Estatística Agrícola*, [Beja, Cuba, Vidigueira, etc.], 1883; *Geographia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*. Com um Atlas, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875; *Statistique du Portugal et de ses colonies*, Lisboa, Lallemand Frères, 1878.
- PICÃO, José da Silva, *Através dos Campos. Usos e Costumes Agrícola-Alentejanos (Concelho de Elvas)*, 1903, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Neogravura Limitada, 1947.
- PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rey D. Afonso V*, ed. Correia da Serra.
- Crónica de El-Rei D. João II*, ed. A. Martins de Carvalho, Coimbra, 1950; *Relação sobre o Congo*, 1492, ed. Francisco Leite de Faria, in «Studia», Lisboa, 1966.
- PINTO, Fernão Mendes, *Peregrinação*, 1570-1580, ed. Adolfo Casais Monteiro, 2 vols. Soc. de Intercâmbio Cultural Luso-Brasileiro, 1952-1953; ed. António José Saraiva, 3 vols., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1961.
- PIRES, António Tomás, *Cancioneiro*, 1891.
- Cancioneiro Popular Político*, Trovas recolhidas da tradição oral portuguesa. Collecção precedida duma carta do Sr. Oliveira Martins. Collecção Correio Elvense, Elvas, Typ. Progresso, 1891; *Contos Populares Portugueses*, 4 vols., Elvas, Typ. Progresso, 1902-1910; *Estudos e Notas Elvenses*, 12 vols., Editor António José

- Torres de Carvalho, Elvas, Typ. Progresso, 1902-1924.
- PIRES, Tomé, *Suma Oriental*, 1512-1515, in Armando Cortesão, *The Suma Oriental of Tomé Pires and the Book of Francisco Rodrigues*, 2 vols., Londres, 1944.
- QUENTAL, Antero de, *Prosas*, 3 vols.; I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923; II e III, Lisboa, Couto Martins, 1946.
- REBELO, Gabriel, *Informação das Cousas de Maluco*, 1569, in tomo VI da *Collecção de Notícias para a história e geographia das Nações Ultramarinas*, da Academia das Sciencias, Lisboa.
- RESENDE, André de, *Antiquitatibus (De) Lusitaniae*, 1593, 2 vols., Coimbra, por ordem da Universidade, 1790; *História da Antiguidade de Cidade de Évora*, 1553, in ed. J. Pereira Tavares, *Obras Portuguesas*, Lisboa, Sá da Costa, 1963.
- RESENDE, Garcia de, *Cancioneiro Geral*, 1516, ed. Gonçalves Guimarães, 5 vols., Coimbra, 1910-1917; *Crónica que trata da Vida e Feitos de D. João II*, (1515-1533), 1545, ed., Biblioteca dos Clássicos Portugueses, Lisboa, 1902; *Miscelania e Variedade de Histórias*, 1554.
- RIBEIRO, João Pedro, *Dissertações chronológicas e críticas sobre a História e Jurisprudência ecclesiástica e civil de Portugal*, Publicadas por ordem de Academia Real das Sciencias, Lisboa, na Typ. da mesma Acad., 5 vols., 1810-1836 — VIII: 404 págs.
- SAMPAIO, Adrião Pereira Forjaz de, *Primeiros Elementos de Ciência Estadística*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1841.
- SAMPAIO, Alberto, *Estudos Históricos e Económicos*, 2 vols., Porto, Livraria Chardron, 1923.
- SANCHES, António Nunes Ribeiro, *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, Paris, 1760; Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922; *Obras*, 2 vols., Universidade

- de Coimbra, 1959-1966; *Dificuldades que tem um Reino Velho para Emendar-se*, Porto, Inova, 1971.
- SANCHES, Francisco, *Quod Nihil Seitur*, 1581, ed. A. Moreira de Sá, Lisboa, 1955.
- SARMENTO, F. Martins, *Dispersos*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1933.
- SOUSA, António Caetano de, *História Geneológica da Casa Real Portuguesa desde a sua Origem até ao Presente, com as Famílias Ilustres que Procedem dos Reis*, 12 vols., 1735-1748.
- SOUSA, Marnoco e, *Capitalismo (O) Moderno*, Coimbra, 1900; *Ciência Económica*, Coimbra, Tip. França Amado, 1906; *Lições de Economia Social*, Coimbra, França Amado, 1900; *Lições de Estatística*, Coimbra, 1913.
- SÉRGIO, António, *Antologia dos Economistas Portugueses (Século XVII)*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1924; 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Sá da Costa, 1974; *Bosquejo da História de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1923.
- Breve Interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1972; *Considerações Histórico-Pedagógicas. Antepostas a um Manual de Instrução Agrícola na Escola Primária* (Separata), Renascença Portuguesa, 1916; *Ensaio*, 8 tomos, Lisboa, Sá da Costa, 1971-1974; *História de Portugal*, Barcelona-Buenos Aires, Editorial Labor, 1929; *Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1974; Prefácio a Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Porto, Livraria Civilização, 1945; *Torno (Em) da Designação de «Monarquia Agrária» Dada à Primeira Época da Nossa História*, Lisboa, Livraria Portugal, 1941.
- SILVA, Rebelo da, *Memória sobre a População e Agricultura de Portugal desde a Fundação da Monarquia até 1865*, 1.<sup>a</sup> parte, Lisboa, 1868, em *Obras Completas*, Lisboa, 1910.
- TELES, Basílio, *Carestia (A) da Vida nos Campos, Cartas a um Lavrador*, Biblioteca de Estudos Sociais

- Contemporâneos, IV, Porto, Imprensa Moderna, Lello & Irmão, Edit., 1903; *Estudos Históricos e Económicos*, Biblioteca de Estudos Sociais Contemporâneos, II, Porto, Imprensa Moderna, Lello & Irmão, Edit., 1901; *Constituição (A) — Finanças*, Porto, Livraria Moreira, 1911, *Problema (O) Agrícola (Crédito e Imposto)*, Biblioteca de Estudos Sociais Contemporâneos, I, Porto, Imprensa Moderna, Lello & Irmão Edit., 1899.
- TENREIRO, António, *Itinerário... em que se Contém como da Índia Veio por Terra a estes Reinos de Portugal no anno de 1529*, 1560, ed. conjunta com a de F. Mendes Pinto.
- VASCONCELOS, Joaquim de, *Renascença Portuguesa. Estudos sobre as relações artísticas de Portugal nos séculos XV e XVI — I; Archelogia Artística*, IV, Porto, Imprensa Portuguesa, 1877; *História da Ourivesaria e Joalheria Portuguesa*, 2 vols., Porto, 1882; *Músicos Portugueses. Biographia. Bibliographia*, Porto, Imprensa Portuguesa, 2 vols., 1870; *História da Arte em Portugal (Primeiro Estudo)*, Porto, Officina Typographica de João Eduardo Alves, 1881.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Esquisse d'une Didactologie Portugaise*, Thèse pour le doctorat de l'Université de Paris (Faculté de Lettres), Paris, Aillaud & C.<sup>e</sup> Édits., 1901; *Estudo Etnográfico*, ed. Empresa do Jornal de Agricultura, 1881; *Tradições Populares de Portugal*, Porto, Livraria Portuense, 1882.
- VEIGA, Sebastião Philippes Martins Estácio da, *Romanceiro do Algarve*, 1870.
- VELHO, Álvaro, *Jornal da Primeira Viagem de Vasco da Gama à Índia, 1497-1498*, ed. Fontoura da Costa, Lisboa, 1940, ou ed. Damião Peres, António Baião e A. Magalhães Basto, Porto, 1945.
- VERNEY, Luís António, *Verdadeiro Método de Estudar*, Paris, 1746, ed. António Salgado Júnior, 5 vols., Lisboa, Clássicos Sá da Costa, 1949-1952.

- VIANA, Amorim, *Análise das Contradições Económicas de Proudhon*, ed. Petrus, Porto, Editorial Cultura, 1961-1965; *Defesa do Racionalismo ou Análise da Fé*, Porto, 1866. *Memórias de Madame Lafarge*, Porto, 1873.
- VIEIRA, José Augusto, *Minho (O) Pitoresco*, 2 vols., Lisboa, Typ. e Stereotypia Moderna, Livraria António Maria Pereira edit., 1886.

#### B) ESTUDOS CITADOS

- CARVALHO, Joaquim Barradas de, *Explicação (Para uma) de Portugal* in «Nação e Defesa», Lisboa, 1976;
- Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974.
- FERNANDES, Rogério, *Ideias (As) Pedagógicas de F. Adolfo Coelho*, Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência, 1973.
- GUERREIRO, M. Viegas, *Guia de Recolha de Literatura Popular*, Lisboa, Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (M. E. I. C.), 1976.
- MAGALHÃES-VILHENA, Vasco, *António Sérgio, o Idealismo Crítico e a Crise da Ideologia Burguesa*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1975.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Liga (A) de Paris e a Ditadura Militar (1927-1928)*, Lisboa, P. E. A., 1976.
- MATOS, A. Campos, *Bibliografia de António Sérgio*, Separata de «Vértice», Coimbra, 1971.
- MORENO, Humberto Carlos Baquero, *Aspecto (Um) da Política Cultural de D. Afonso V: a concessão de bolsas de estudo*, Universidade de Lourenço Marques, 1970.
- SALGADO JÚNIOR, António, prefácios a Luís António Verney, *Verdadeiro Método de Estudar*, 5 vols., Lisboa, Colecção de Clássicos Sá de Costa, 1949-1952.
- SÁ, Victor de, *Amorim Viana. Ensaio Bio-Bibliográfico*, Figueira da Foz, 1960;
- Amorim Viana e Proudhon*, Lisboa, Seara Nova, 1960;
- Crise (A) do Liberalismo e as primeiras manifestações das*

*ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa  
Seara Nova, 1974;  
*Perspectivas do Século XIX*, 2.<sup>a</sup> ed., Porto, Limiar, 1976.  
SILBERT, Albert, *Portugal (Do) do Antigo Regime ao  
Portugal Oitocentista*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Livros Horizonte,  
1977.